



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - FADIR
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Milena Marçal Souza Freitas

**O ESPORTE COMO FERRAMENTA POLÍTICA: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O
SOFT POWER EM GOVERNOS AUTORITÁRIOS.**

**Dourados
07/2024**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Milena Marçal Souza Freitas

**O ESPORTE COMO FERRAMENTA POLÍTICA: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O
SOFT POWER EM GOVERNOS AUTORITÁRIOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

Dourados

07/2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F866e Freitas, Milena Marçal Souza

O ESPORTE COMO FERRAMENTA POLÍTICA: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O
SOFT POWER EM GOVERNOS AUTORITÁRIOS. [recurso eletrônico] / Milena Marçal Souza
Freitas. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Soft Power. 2. Governos Autoritários. 3. Megaeventos Esportivos. I. Banzatto, Arthur
Pinheiro De Azevedo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 12 de julho de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **MILENA MARÇAL SOUZA FREITAS** tendo como título “**O ESPORTE COMO FERRAMENTA POLÍTICA: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O SOFT POWER EM GOVERNOS AUTORITÁRIOS**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto** (orientador), **Dra. Déborah Silva do Monte** (examinadora) e **Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **APROVADO**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
gov.br ARTHUR PINHEIRO DE AZEVEDO BANZATTO
Data: 12/07/2024 18:24:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br DEBORAH SILVA DO MONTE
Data: 16/07/2024 21:17:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Déborah Silva do Monte

Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS ROBERTO STAINE PRADO FILHO
Data: 15/07/2024 13:01:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carlos Roberto Staine Prado Filho

Examinador

Dedico este trabalho a mim mesma.

À eu do passado, que foi minha pior inimiga, não acreditava em si mesma e tinha muito medo.

À eu do presente, que decidiu enfrentar os desafios e foi corajosa o suficiente para parar de adiar seus sonhos.

E, por fim, à eu do futuro, que é mais forte que as duas anteriores e saberá lidar melhor com os próximos desafios. E sem fugir.

AGRADECIMENTOS

Durante muito tempo, antes da graduação e ao longo de toda a minha jornada acadêmica, eu estava convencida de que nunca seria capaz de concluir um trabalho de conclusão de curso. Apesar dos desafios que enfrentei ao longo da vida, o TCC sempre me pareceu o maior de todos.

Mas aqui está ele! Sofri muito e por antecipação com um trabalho que, no final das contas, foi realizado com dedicação e, para minha surpresa, com sucesso. Ao longo desse processo, recebi muito carinho e palavras de apoio de várias pessoas, e por isso, gostaria de reservar um espaço para expressar minha gratidão.

Agradeço aos meus pais, José Douglas e Siméia, por confiarem em mim durante todo o processo de escrita, e por, mesmo contrariados, sempre me darem um voto de confiança nas escolhas que faço por mim e pelo meu futuro. Por se esforçarem tanto para me dar uma vida livre de dificuldades e por me mostrar o que é o cuidado de um pai e uma mãe. Por serem exemplos de amor e resiliência, me inspirando a melhor para poder ser digna de orgulho.

Agradeço ao meu irmão, João Pedro, não só por lavar minhas louças enquanto eu estava doida escrevendo o TCC, mas também por tentar me acalmar em momentos de nervosismos, por tornar nossas conversas tão interessantes quanto podcasts e por ser um irmão tão carinhoso e espontâneo.

Minha gratidão se estende às mulheres incríveis da minha vida, Mamãe, Vó Ana, Vó Ide, Vó Gilda, Tia Rosi e Dona Margô, por transformarem carinho em comidinhas congeladas que me mantiveram nutrida e saudável, me permitindo enfrentar meus desafios diários com mais energia. Sei que isso é uma forma de demonstrar o carinho e a saudade, que eu recebo em forma de aconchego.

Agradeço ao meu avô Queiroz, pelas piadinhas e brincadeiras e sempre demonstrar admiração, e ao meu avô Pedro, que sempre realiza meus desejos, mesmo do céu. Morro de saudades.

Sou grata também às minhas amigas virtuais, que testemunharam meus momentos de desespero quando a criatividade parecia faltar, e sempre me incentivaram. E a gratidão é ainda maior para as amigas presenciais – Bia, Fer, Gabs, Gi, Mafer, Nic e Sophi – que fizeram questão de estar na minha defesa de TCC, celebraram comigo, me apoiaram e entenderam minhas ausências. Agradeço também às minhas amigas de Dourados, que me aceitaram, mesmo eu sendo bem chatinha. Um agradecimento

especial ao Stel por ser sempre carinhoso e por ter me ajudado em um dos títulos desse TCC.

Agradeço ao professor Arthur Banzatto, por sua orientação calma e paciente, e por sempre encontrar as palavras certas que tornaram esse processo mais leve. Que, mesmo diante das minhas dificuldades, demonstrou muito cuidado e confiança em mim.

Sou grata à biblioteca da UFMS, que foi um grande suporte durante todo o meu processo de escrita, e às universidades UFGD e U.Porto, que me proporcionaram excelentes oportunidades acadêmicas.

Também agradeço ao Hostel OneFam Ribeira, que foi minha casa durante a realização o meu maior sonho, é um lugar que me deu muitas motivações e me inspirou a ser melhor e enfrentar os desafios para não adiar meus sonhos.

Apesar dos altos e muitos baixos que marcaram meus 24 anos de vida, reconheço que um agradecimento em um TCC pode parecer um pouco fora do lugar e, após a entrega, pode até parecer menos importante. No entanto, este trabalho representa minha primeira contribuição significativa e servirá como um registro público, disponível para quem o encontrar. Assim como outros projetos e trabalhos de estudantes contribuíram para a elaboração deste, é justo reconhecer e expressar minha gratidão por toda a jornada.

Ao refletir sobre isso, percebo que todo o processo de enfrentar os desafios da vida foi permeado por amor e apoio. Com este trabalho, espero não apenas celebrar a conquista, mas também reconhecer e retribuir a todas as pessoas que tornaram essa trajetória possível.

Muito obrigada a todos que estiveram ao meu lado. Este é meu jeito de celebrar e compartilhar publicamente o amor e o apoio que me sustentaram ao longo do caminho. Esse trabalho é como uma cápsula do tempo, que eu poderei reler no futuro e recordar com carinho. Espero que, em breve, eu possa expressar minha gratidão em outros trabalhos e projetos que a vida me permita realizar, e incluir ainda mais nomes que terão contribuído para a minha trajetória.

"João Havelange disse que futebol e política não se misturam. Que a FIFA é uma entidade suprapartidária, apolítica. João Havelange organizou uma Copa do Mundo decidida no Estádio Monumental de Núñez, a 500 metros da prisão da Escola da Marinha da Argentina, onde se torturava e matava opositores da ditadura. 'Porque eu não faço política.' Entendeu? E faz a pior. A pior forma de política que existe, que é a de respaldar ditadores."

(Juca Kfoury, em Esquemas da FIFA)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como o esporte pode ser empregado como ferramenta política, especialmente por governos autoritários que utilizam de megaeventos esportivos como um instrumento de poder para projetar sua imagem internacionalmente, demonstrar prestígio e promover uma ideologia. Utilizando o conceito de *soft power* como marco teórico, esta pesquisa adota um estudo de casos para identificar padrões e estratégias comuns em quatro eventos distintos: os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, a Copa do Mundo de 1978 na Argentina, os Jogos Olímpicos de Moscou em 1980 e a Copa do Mundo de 2022 no Catar. Além disso, o estudo examina os impactos e resultados alcançados por essas práticas, avaliando tanto os benefícios diplomáticos e de imagem quanto às críticas e controvérsias associadas, proporcionando uma visão crítica e abrangente sobre o uso político do esporte em contextos autoritários. Conclui-se que, embora as instituições organizadoras de megaeventos esportivos tentem separar política de esporte, isso é impossível na prática, pois o esporte é também um fenômeno político. A análise e comparação implícita desses casos demonstra que tal associação representa uma tendência histórica que se encontra presente ainda na atualidade.

Palavras-chave: *Soft Power*, Governos Autoritários, Megaeventos Esportivos

ABSTRACT

This study explores how sports can be used as a political tool, especially by authoritarian governments using mega-sporting events to boost their international image, demonstrate prestige, and promote ideology. Using the concept of soft power as a framework, this research adopts a case study approach to identify common patterns and strategies in four distinct events: the 1936 Berlin Olympics, the 1978 FIFA World Cup in Argentina, the 1980 Moscow Olympics, and the 2022 FIFA World Cup in Qatar. The study examines the impacts and outcomes of these events, evaluating both the diplomatic and image benefits as well as the associated criticisms and controversies, providing a critical and comprehensive view of the political use of sport in authoritarian contexts. It concludes that, although the institutions organizing mega sporting events attempt to separate politics from sport, this is impossible in practice, as sport is also a political phenomenon. The analysis and the implicit comparison of these cases demonstrates that such association represents a historical trend that remains present today.

Keywords: *Soft Power, Authoritarian Governments, Mega-sporting Events*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PODER, AUTORITARISMO E ESPORTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
1.1. PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
1.2. AUTORITARISMO: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS	16
1.3. CASO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS EM REGIMES AUTORITÁRIOS	17
2. FERRAMENTA DE PROPAGANDA AUTORITÁRIA: ALEMANHA E ARGENTINA EM FOCO	20
2.1. ALEMANHA NAZISTA: O PÓDIO DA PROPAGANDA OLÍMPICA	20
2.2. ARGENTINA: GOLS DA DITADURA NOS CAMPOS DE FUTEBOL	24
3. A FACE OCULTA NAS COMPETIÇÕES GLOBAIS: UNIÃO SOVIÉTICA E CATAR DESMASCARADOS	29
3.1. ENTRE FOICES E ANÉIS OLÍMPICOS: A IMAGEM SOVIÉTICA NOS JOGOS OLÍMPICOS	29
3.2. LA'EEB POR DEBAIXO DOS PANOS: O BASTIDORES CONTROVERSOS DA COPA DO CATAR	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Quando se vive em sociedade, é comum enfrentar críticas sobre diversos temas, especialmente aqueles de grande visibilidade, como o esporte. Muitos questionam a popularidade do futebol, por exemplo, reduzindo-o a um simples jogo em que homens correm atrás de uma bola. No entanto, por trás desse aparente simples entretenimento, encontram-se intenções profundas que podem mobilizar não apenas indivíduos, mas também nações inteiras. Um exemplo emblemático é a pausa na Guerra de Biafra, em 1969, na Nigéria, para assistir ao time do Santos, liderado por Pelé, jogar (Santos FC, 2024).

Este estudo tem como objetivo demonstrar que o esporte é uma poderosa ferramenta política tanto em nível nacional quanto internacional. Nas Relações Internacionais, o esporte é reconhecido como uma ferramenta diplomática eficaz. No cenário internacional, seu uso estratégico pode fortalecer laços diplomáticos, econômicos e culturais entre países, além de melhorar a imagem global de uma nação. Esse fenômeno é conhecido como "*soft power*", que se baseia na capacidade de atrair e influenciar atores internacionais através de valores, ideias e cultura, sem recorrer à força militar ou sanções econômicas

Os Megaeventos Esportivos são exemplos proeminentes dessa dinâmica. Países que sediam tais eventos, como a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos, têm uma oportunidade única de promover sua cultura e seus valores para o mundo inteiro, gerando impactos significativos no imaginário global. No entanto, essa influência pode ser manipulada de maneiras negativas, especialmente por regimes autoritários, que utilizam tais eventos para legitimar seu governo, promover ideologias nacionalistas e melhorar sua imagem internacional, muitas vezes às custas da liberdade e dos direitos de sua população.

Este trabalho é realizado por meio de estudo de casos, no qual analisa-se quatro eventos específicos, na tentativa de explorar as dinâmicas de semelhanças e diferenças entre os casos analisados. O primeiro capítulo define conceitos-chave, como poder, Estados autoritários e totalitários, explorando o *soft power* e o fenômeno de "*sportwashing*" - a prática de regimes autoritários de usar eventos esportivos para desviar a atenção de suas políticas repressivas. O segundo capítulo examina dois casos históricos específicos de megaeventos esportivos sediados por regimes autoritários, como os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 e a Copa do Mundo de 1978 na Argentina, analisando suas estratégias de *soft power* e os resultados obtidos. O terceiro capítulo faz

uma análise comparativa de outros dois megaeventos, como os Jogos Olímpicos de Moscou em 1980 e a Copa do Mundo de 2022 no Catar, para identificar padrões e estratégias comuns. Por meio de uma comparação implícita, os capítulos e seus respectivos eventos foram separados por ordem cronológica, facilitando a compreensão dos acontecimentos. Cada caso é diferente, mas todos estão interligados, com cada um influenciando os subsequentes. Essa abordagem destaca como as dinâmicas entre os eventos evoluíram e se conectaram ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciados pelo cenário global.

Com base em revisões de literatura que utilizam fontes secundárias, incluindo autores nacionais de cada país supracitado, na conclusão, o estudo busca identificar semelhanças e diferenças nas estratégias utilizadas por diferentes países e regimes, em diferentes épocas e contextos, todos buscando alcançar objetivos semelhantes através do esporte.

1. PODER, AUTORITARISMO E ESPORTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A busca de poder pelos países não é um fenômeno recente e o seu exercício, em suas diferentes formas, é um fenômeno multifacetado que desafia definições simplistas. São inúmeras as estratégias que os Estados podem abordar na tentativa de alcançar os seus objetivos políticos, econômicos e culturais.

1.1 O PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A introdução do uso do termo "poder" como um objetivo em si é atribuída a pensadores realistas. Maquiavel (1996) argumenta que a busca e a manutenção do poder são fundamentais para a estabilidade e a eficácia governamental. Com o seu conceito de poder aplicado em um contexto nacional (o das cidades-estados italianas), o Estado (representado pelo Príncipe), exerce controle e influência sobre seus governados (súditos). Teóricos como Waltz (1979) e Mearsheimer (2001) expandem essa ideia para o contexto das relações internacionais ao apresentar que o crescimento econômico e militar são os objetivos finais do jogo de poder na arena internacional. Os Estados, enquanto atores internacionais, também buscam assegurar sua sobrevivência e hegemonia através da acumulação e manutenção de poder no sistema internacional, ou seja, perante outros Estados.

Alguns teóricos costumam se referir ao "poder" como uma capacidade para influenciar outros atores no Sistema Internacional. Esta influência pode ser coercitiva, cooperativa, atrativa ou competitiva, podendo ser realizada a partir do uso da força, ameaça, interação ou pressão econômica, diplomacia e atração cultural.

Nas Relações Internacionais, autores liberais como Joseph Nye, por exemplo, separam o "poder" em poder brando (*soft power*) e poder duro (*hard power*). Este último é definido pelos meios coercitivos utilizados para se alcançar objetivos políticos e influenciar outros atores internacionais. É caracterizado pelo uso da força militar ou econômica (como sanções, por exemplo) para a imposição da vontade de um país sobre outros.

O *soft power* (objeto de estudo deste trabalho), por sua vez, se baseia na persuasão, atração e influência, englobando aspectos ideológicos, culturais e sociais. Trata-se, portanto, de um meio sedutor de poder. Tem como a ideia de "atrair" o ator - sem obrigar ou coagir - a querer reproduzir o mesmo de quem exerce tal poder. Conceitos que são entendidos como parte do poder brando são vistos de forma globalmente positiva como a democracia, prosperidade, desenvolvimento, instituições fortes e política externa.

Estes, se bem exercidos, mas principalmente, se bem demonstrados, vem a se tornar metas de valores para outros atores e outros Estados, que se seduzem e, de forma voluntária, querem para si. “Se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer.” (Nye, 2002, p. 37).

Max Weber (1981), ao tratar de poder e dominação, oferece uma perspectiva útil para entender essa dinâmica. O sociólogo define ‘dominação’ como a probabilidade de um comando específico ser obedecido por um grupo de pessoas e caracteriza esse conceito com base em três razões internas que justificam a legitimidade da própria dominação. As bases dessa legitimidade são a dominação tradicional, a dominação legal e a carismática.

A primeira, é fundamentada na continuidade de práticas que foram estabelecidas e mantidas ao longo do tempo, a partir de costumes e tradições. A obediência é mantida em virtude da fidelidade. A dominação legal é institucionalizada através de regras e leis aplicadas de maneira imparcial e impessoal. A sua versão mais pura é o da dominação burocrática, caracterizada por sistemas onde as decisões são tomadas com base em procedimentos formais e normas jurídicas reconhecidas pela sociedade. Nesse contexto, quem ordena é o “superior”, e a base de funcionamento é a disciplina, com deveres graduados em uma hierarquia social. Já a última, a dominação carismática deriva da devoção afetiva e do carisma pessoal de um líder. É baseada na habilidade de um líder de inspirar (pela figura de um sujeito heroico ou guerreiro) e mobilizar seguidores, muitas vezes transcendendo normas e instituições existentes. Neste caso de devoção afetiva, a pessoa se prende ao espírito de sacrifício e dedicação. Através da liderança carismática, é possível exercer uma influência por meio de sua personalidade e gerar confiança entre os seguidores.

Para a pesquisa sobre *soft power*, os conceitos de dominação carismática e legal são particularmente úteis. O *soft power* se baseia na capacidade de atrair e influenciar outros atores através de valores, ideias e cultura. Esses elementos podem ser associados à dominação carismática, enquanto a dominação legal se fundamenta na legitimidade e no reconhecimento das normas e instituições jurídicas, proporcionando uma base estável e confiável para a promoção de uma imagem positiva no cenário internacional. Por outro lado, a dominação tradicional exemplifica como as práticas culturais e históricas enraizadas podem influenciar de maneira duradoura as relações de poder, mesmo na modernidade.

Um exemplo utilizado para atrair, exercer influência cultural e demonstrar os conceitos positivos do *soft power* mencionados acima, com o objetivo de promover a

sedução no ambiente internacional, são os esportes e, principalmente, a realização de eventos esportivos internacionais.

A união entre esporte e diplomacia no Sistema Internacional não é algo recente. É histórica a influência que o esporte pode causar na política, embora isso seja pouco notado pela sociedade, já que a prática esportiva costuma ser vista apenas como entretenimento. A primeira movimentação emblemática na diplomacia esportiva aconteceu no início dos anos 1970, com a chamada "diplomacia do pingue-pongue" (Kissinger, 2012).

Essa pioneira demonstração do esporte como uma poderosa ferramenta diplomática foi promovida pela China em uma tentativa de se aproximar dos Estados Unidos. A delegação americana de tenistas de mesa foi convidada para um encontro amistoso na China. Sob a bandeira do esporte e depois de décadas, os mesa-tenistas americanos se tornaram os primeiros cidadãos dos EUA a visitar o país asiático desde a ascensão do Partido Comunista Chinês ao poder com a Revolução de 1949.

Tal aproximação resultou na suspensão do embargo dos produtos chineses para os Estados Unidos, uma visita do presidente Nixon ao país (sendo o primeiro presidente americano a visitar a República Popular da China), e logo na sequência, a normalização das relações sino-americanas que foram oficializadas com a assinatura do Comunicado de Xangai que orientou as relações entre os dois países durante a década seguinte. (Kissinger, 2012, p.676-678).

O exemplo perfeito de poder vinculado à diplomacia, ao esporte e à promoção de imagem internacional são os Megaeventos Esportivos. Cerimônias grandiosas como as Olimpíadas e a Copa do Mundo podem ser consideradas ferramentas poderosas na promoção de poder brando contemporâneo. Esses eventos de escala global oferecem uma plataforma sem precedentes aos países anfitriões, não apenas para influenciar a opinião pública internacional, mas também para projetar a sua imagem. Quando bem executados, tais países têm a oportunidade de ampliar seu *soft power*, moldando as percepções sobre si. Estes megaeventos oferecem uma plataforma única para os Estados demonstrarem serem guardiões de seus valores relevantes através da sua cultura, das suas fortes instituições e do seu desenvolvimento. Ou, pelo menos, demonstrar uma ideia dessas virtudes (mesmo que não verdadeira), proporcionando uma chance de superar estereótipos negativos.

Todos esses meios de sedução e atração expostos por Nye (2002) são feitos principalmente pelo uso da propaganda¹. Esse método de transformar o país em "marca a ser seguida", é mencionado por Melissen (2005, p. 19). O autor destaca que a utilização estratégica da propaganda não se limita apenas à projeção de uma imagem externa favorável, mas também visa influenciar ativamente a percepção pública e política de outros Estados, buscando legitimar o poder e as políticas do país em questão.

Dentre as demais ferramentas políticas para o exercício dessa tal 'sedução', ou melhor, controle e manipulação da opinião pública, poucos recursos têm uma aceitação tão fácil quanto os meios esportivos, dada a íntima conexão entre esporte e população. A nível internacional e nacional, o esporte influencia a sociedade civil pela interação entre jogadores, torcedores e seleções, contribuindo para a construção de um orgulho e de uma identidade nacional. Por isso, muitas vezes, os movimentos sociais, oscilações políticas e capacidade de influência não são percebidos imediatamente. Segundo Viana (1994, p. 127), no caso do poder esportivo, a devoção afetiva se manifesta no espírito de sacrifício, desprendimento e dedicação, frequentemente associados ao heroísmo, sem desconsiderar a influência do poder intelectual e da oratória. Com isso, sediar um Megaevento Esportivo para a promoção de uma imagem positiva a partir do *soft power* torna-se uma relação óbvia.

Apesar do poder brando possuir valores positivos, algumas vezes estes não são utilizados positivamente. Com seu potencial imenso para causar impactos e sua visibilidade significativa associada ao apelo popular, sem a necessidade de uma coerção direta, a sua forma de utilização é diversa. Servindo como catalisador de propagandas nacionalistas, cenário para manobras políticas, plataforma para discursos populistas, veículo de disseminação de ideologias e promoção de sistemas políticos, os Megaeventos Esportivos são frequentemente utilizados para tentativas de transformar e melhorar a imagem e a reputação dos países no meio internacional.

Um termo moderno que descreve essa prática específica no contexto esportivo é o "*sportswashing*". Este termo, que combina as palavras *sport* (esporte) e *wash* (lavagem), é conceituado pela Anistia Internacional UK (2021) e discutido por O'Kelly (2022) e Skey

¹ A propaganda neste contexto é a propaganda política, que segundo Bobbio (1998, p.1018), difere da publicidade e das relações públicas e se divide em duas vertentes principais: a interna, "voltada para o sistema político" do próprio país, e a externa, "utilizada nas relações entre Estados". No contexto externo, o foco é influenciar a opinião pública ou setores específicos em um ou vários países, visando fortalecer laços de amizade, solidariedade ou respeito, e exercer pressão sobre os governantes. Em tempos de guerra, a propaganda busca "enfraquecer o inimigo" minando sua coesão interna e desmoralizando-o. A propaganda dentro de um país, varia conforme o regime político: em regimes autoritários e totalitários, ela é controlada pelo Estado ou partido dominante para promover a ideologia oficial e suprimir oposições internas. Em regimes pluralistas, diferentes forças políticas competem por espaço nos canais de informação, embora nem todas tenham acesso igualmente equitativo às redes de distribuição.

(2022), como iniciativas dos Estados, indivíduos ou empresas que apelam para a imagem do esporte na tentativa de melhorar a sua reputação ao desviar a atenção de atividades desagradáveis ou comportamentos inaceitáveis (especialmente em relação à violação de direitos humanos). Este termo ganhou destaque na mídia e foi mencionado por David Conn,² no documentário “Esquemas da Fifa” (00:25:55) como uma estratégia onde “regimes cruéis ou injustos” maquiagem ou limpam sua imagem através da associação com o esporte. Esta estratégia dá espaço para que governos autoritários tentem esconder suas violações de direitos humanos e outras práticas repressivas, apresentando uma fachada de modernidade e progresso.

Essa dinâmica foi observada nos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, a Copa do Mundo de 1978 na Argentina, os Jogos Olímpicos de Moscou em 1980 e a Copa do Mundo de 2022 no Catar, todos realizados em contextos governamentais autoritários.

1.2 AUTORITARISMO: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Em sua obra “Dicionário de Política”, Bobbio debate sobre todo o conceito de autoritarismo e seus problemas de definição. A verdade é que o adjetivo e o substantivo que derivam do termo em questão, implicam em contextos que envolvem “a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas” (Bobbio, 2000, p. 94). No primeiro sentido, refere-se à concentração de poder político nas mãos de uma só pessoa, ou órgão, deixando as demais instituições em posição secundária. No segundo sentido, é atribuída a personalidade autoritária que, ao mesmo tempo que obedece e bajula os detentores de poder e autoridades, trata com arrogância e desprezo os de situação inferior. Por fim, o terceiro sentido define aquelas ideologias que negam a igualdade entre os homens e estabelece uma hierarquia entre eles. Em todos os níveis indicados, a centralidade do princípio de autoridade é um traço comum do autoritarismo, conforme observado por Bobbio.

O fato é que existe uma tendência a utilizar o termo “autoritarismo” para descrever ideologias que enfatizam a importância da autoridade e hierarquia, com uma função conservadora, na tentativa de manter a ordem e não as transformar. No entanto, dentro dos regimes chamados “autocráticos”, é que são distinguidos os regimes autoritários e totalitários.

² David Conn é jornalista investigativo do jornal britânico *The Guardian* e autor do livro *The fall of the House of FIFA*, que trata sobre ascensão e queda da instituição máxima de futebol. A obra aborda em grande detalhe as alegações de corrupção e a série de escândalos que continuam a abalar a confiança do público na organização.

Os regimes autoritários são definidos por Bobbio a partir das seguintes características: a ausência de um parlamento funcional e de eleições populares que, quando existentes, são meramente ilustrativas, com predominância do poder executivo. Além disso, estes regimes se destacam pela forte restrição das liberdades políticas nas diferentes áreas do Estado, com a oposição reprimida e sufocada, sua influência reduzida a uma mera simulação sem efeito real, e a autonomia de demais grupos politicamente relevantes sendo destruída e só tolerada se não ameaçar a posição da elite no poder.

Já o líder deste regime, a pessoa autoritária, frequentemente é descrito como um indivíduo potencialmente fascista, no qual a sua personalidade o torna especialmente receptivo à propaganda antidemocrática. É uma personalidade de característica conservadora nas esferas política e econômica, com visão etnocêntrica e detentora de uma acentuada sensibilidade ao poder e à rigidez, interpretando o mundo através de lentes de dominação e agindo intensamente contra qualquer aspecto que ameace essa ordem. Intolerante a ambiguidades, prefere uma estrutura de ordem rígida e inflexível, que acabam por recorrer a estereótipos comportamentais e de pensamento. Caracterizado por impulsos hostis e agressivos, manifesta energia em formas de agressão direcionada a indivíduos mais fracos e ou inferiores.

O autoritarismo, assim como a "ditadura" e o "totalitarismo", é um conceito que surgiu e foi usado em contraposição à "democracia", para destacar as características antidemocráticas (Bobbio, 2000, p. 95). Embora tanto regimes totalitários quanto autoritários sejam caracterizados por um forte controle estatal, o totalitarismo se distingue pela busca total pelo poder e pela imposição de uma ideologia única e dominante sobre todos os aspectos da sociedade e vida privada dos cidadãos. Em contraste, o autoritarismo pode permitir certos graus de pluralismo e dissidência moderada, embora ainda restrinja significativamente as liberdades individuais e políticas (Arendt, 1975). É importante notar que, embora todas as ditaduras sejam autoritárias, nem todas são totalitárias, sendo o totalitarismo considerado um nível mais extremo de controle e dominação estatal.

1.3 CASO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS EM REGIMES AUTORITÁRIOS

Conforme discutido por Simon Chadwick (2022, p. 12), renomado acadêmico e pesquisador de política esportiva, "*sportswashing*" é definido como "um meio pelo qual um país pode desviar a atenção das audiências de percepções menos favoráveis por meio de um programa de investimento em esporte". Essa prática está intrinsecamente

ligada ao conceito de *soft power*, discutido anteriormente, e permite que regimes autoritários construam uma narrativa positiva, ofuscando aspectos negativos de seu governo. Possibilita também ganhar prestígio internacional através do esporte, principalmente quando tem a oportunidade de sediar megaeventos esportivos, cuja visibilidade internacional é significativa.

Na discussão sobre governos autoritários, características como concentração de poder, repressão da oposição, supressão de liberdades civis e controle das instituições são comuns nos contextos políticos aqui analisados - Alemanha em 1936, Argentina em 1978, União Soviética em 1980 e Catar em 2022. Esses Estados sediaram megaeventos esportivos - respectivamente, os Jogos Olímpicos de Berlim, a Copa do Mundo de 1978, os Jogos Olímpicos de Moscou e a Copa do Mundo de 2022 - utilizando esses eventos como ferramentas de *soft power* para projetar uma imagem positiva ao mundo, enquanto ocultavam suas práticas autoritárias e reforçavam sua legitimidade em busca de prestígio internacional.

Sob o regime nazista de Adolf Hitler, a Alemanha vivia sob um governo totalitário que, segundo Hannah Arendt (1975), envolvia o domínio absoluto do Estado sobre todos os aspectos da vida pública e privada dos cidadãos, sem restrições e frequentemente acompanhado de violência e terror. O governo alemão impunha uma ideologia de supremacia racial e um nacionalismo extremo, reprimindo e censurando a oposição política e as minorias e colocando as liberdades fundamentais a nível de inexistência. O regime exercia um controle total sobre as instituições estatais que com isso, utilizou os Jogos Olímpicos de 1936 como uma ferramenta de propaganda do Terceiro *Reich*. Ao apresentar uma imagem positiva do regime nazista ao mundo, Hitler tentou ocultar suas políticas repressivas e agressivas na intenção de demonstrar a eficiência, modernidade e grandeza do então governo alemão, na intenção de ganhar simpatia e legitimidade internacional (Shirer, 1960).

Quanto à ditadura militar na qual a Argentina se encontrava desde 1976, o país vivenciava um governo com uma estrutura de poder altamente centralizada, que era conhecido por sua repressão brutal que envolviam tortura, desaparecimento de opositores e liberdades civis limitadas, incluindo censura (Sader, 2006; Magalhães, 2019). Foi então que a junta militar, que controlava as instituições chave do país, utilizou da Copa do Mundo, um evento de grande apelo popular, para melhorar sua imagem global e desviar a atenção quanto às violações de direitos humanos no país, com a intenção de criar uma sensação de normalidade e de competência administrativa.

Já a União Soviética, sob o domínio do Partido Comunista, estava vivendo como um estado totalitário, com controle absoluto sobre o poder, isto é, sobre a vida política, econômica e social, reprimindo duramente qualquer forma de dissidência e restringindo as liberdades individuais (Kuznetsov, 2012). Foi a partir dos Jogos Olímpicos de Moscou que o governo soviético, que tinha controle sobre todas as instituições nacionais, tomou proveito e utilizou o país como vitrine para demonstrar os supostos sucessos do socialismo soviético e a capacidade da URSS de organizar um evento de escala global (Senn, 1999). Na tentativa de promover a influência soviética e desafiar a hegemonia global, o evento aconteceu apesar do boicote liderado pelos EUA.

No nosso caso mais recente, temos o Catar, onde o poder do Estado está centralizado na figura do emir e da família real, em uma monarquia absolutista. Um país que possui restrições significativamente severas à liberdade de expressão, além de limitações nos direitos dos trabalhadores. Para um governo que controla as principais instituições do país, nada melhor do que utilizar a sua oportunidade de sediar a Copa do Mundo de 2022 como uma estratégia para melhorar sua imagem internacional, ao mesmo tempo que diversifica sua economia para além do petróleo e gás, elevando seu perfil no cenário global. O país investiu massivamente em infraestrutura e promoção do evento, buscando projetar uma imagem de modernidade e hospitalidade ao mesmo tempo que respondia a críticas relacionadas a violações dos direitos humanos (Sanromà, 2015).

2. FERRAMENTA DE PROPAGANDA AUTORITÁRIA: ALEMANHA E ARGENTINA EM FOCO.

2.1 ALEMANHA NAZISTA: O PÓDIO DA PROPAGANDA OLÍMPICA.

Após a derrota na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi forçada a assinar o Tratado de Versalhes em 1919, que impôs severas penalidades econômicas, territoriais e militares ao país. O tratado exigia que a Alemanha aceitasse a culpa exclusiva pela guerra, pagasse reparações pesadas aos vencedores, se desmilitarizasse e cedesse vastos territórios, incluindo a Alsácia-Lorena, que foi devolvido à França, e a Prússia Oriental e Posnânia, que foram cedidas à Polônia, entre outros, além das suas colônias ultramarinas, que foram distribuídas pelas potências vencedoras. Essas condições devastaram a economia alemã, e contribuíram para uma severa crise na década de 1920, que, agravada pela Grande Depressão, levou a um aumento catastrófico da inflação e do desemprego. Além disso, causaram um profundo sentimento de humilhação e descontentamento entre os alemães, levando a um clima de instabilidade e desespero.

Em uma “crise estatal de amplas proporções trazida pela Depressão, com a economia tumultuada e a autoridade política em completa desordem” (Kershaw, 1993, p. 46), o terreno estava fértil para uma disseminação da ideologia fascista no país. Ideias totalitárias que foram disseminadas pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (conhecido na prática como Partido Nazista), compartilhavam os mesmos sentimentos e princípios do fascismo italiano. Era “um movimento de extrema direita intensamente nacionalista, xenófobo, que incitava a violência militar e policial, antiliberal, antidemocrático, antiproletário e antisocialista” (Mostaro, 2012, p. 99) apesar de incluir o termo “Socialista” no nome.

As humilhações sofridas após a Primeira Grande Guerra trouxeram aos alemães um forte ressentimento nacionalista, que fez com que Hitler, líder do Partido Nazista, se projetasse como uma figura capaz de “ajudar” o país a encontrar uma maneira de recuperar sua autoestima. Se utilizando de uma personificação “messiânica”, capaz de construir uma “nova Alemanha”, sua autoridade “carismática” expandiu seu círculo de fieis e lhe deu legitimidade para promover em uma enorme propaganda de idolatria e devoção ao líder (Kershaw, 1993, p. 46-56).

Já no poder, Hitler, que havia pregado que apenas um Estado forte e totalitário seria capaz de tirar a Alemanha da crise, iniciou sua campanha de perseguição a opositores e críticos do governo, incluindo comunistas e grupos minoritários,

principalmente os judeus. Com a sua posse em 1933, o novo líder restringiu a liberdade de imprensa, implementou políticas de rearmamento militar, em evidente violação ao que havia sido imposto ao país pelo Tratado de Versalhes, e promoveu atos de propaganda ideológica e doutrinação. O regime não só procurava consolidar o seu poder interno, mas também tentava melhorar a sua imagem internacional, a fim de disseminar a sua ideologia nazista.

Em 1931, antes da ascensão do Partido Nazista ao poder, o país alemão já havia sido escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 1936. Hitler mencionou em sua obra, "Mein Kampf" ("Minha Luta"), que observou a administração da propaganda como sendo, de longe, a tarefa mais importante do partido. Assim, aproveitou a oportunidade de sediar o megaevento esportivo para continuar o seu legado de propaganda, tentando recuperar o espírito nacionalista entre seus cidadãos e promover a ideologia nazista e a suposta superioridade da raça ariana. O objetivo era projetar uma fachada de normalidade e grandeza após as sanções sofridas com o fim da Primeira Guerra Mundial, apresentando o país como moderno e pacífico (Shirer, 1960). Neste sentido, "Berlim vislumbrava a sede dos jogos como oportunidade para desativar o criticismo mundial contra suas políticas domésticas, como a alarmante perseguição aos judeus que gerava controvérsia internacional" (Vasconcellos, 2011. p. 62-63).

Foram diversas iniciativas de campanhas de boicote às Olimpíadas de Berlim. Campanhas lideradas por associações judaicas, grandes jornais, universidades e até representações de governos. Os comitês olímpicos dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra, chegaram até mesmo a proibir suas delegações de participar, pois não estavam dispostos a colaborar com as políticas nazistas e a opressão do regime. Países que possuíam atletas de origem judaica e/ou negra não se sentiam seguros em enviar seus comitês para os Jogos, temendo possíveis perseguições raciais. No entanto, de acordo com o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos (USHMM), a decisão de boicote aos Jogos não foi unânime. A União Soviética e a Espanha foram exceções, com a Espanha enfrentando uma guerra civil, e a União Soviética por motivos políticos e ideológicos próprios. Vários países decidiram participar, incluindo os Estados Unidos, que justificaram sua decisão com base na oportunidade de promover diplomacia e cooperação esportiva, enquanto também demonstravam os valores democráticos contrários ao regime nazista.

O boicote foi revertido após uma série de compromissos e medidas firmadas pelo governo alemão junto ao Comitê Olímpico Internacional, que resultaram na ocultação da perseguição aos judeus, apresentando uma falsa imagem de tolerância no decorrer do

evento. Durante a preparação dos jogos, no entanto, a perseguição de minorias só aumentou, o que indicava a pura manipulação existente. A implementação da Lei de Nuremberg criada em 1935, exemplifica esse acontecimento, refletindo a crença nazista de que deveriam liderar e “salvar” o mundo dos considerados “bárbaros” e “imperfeitos”. A lei incluiu a esterilização forçada de deficientes, alta perseguição a minorias étnicas, além de restrição aos direitos de homossexuais e testemunhas de Jeová e ainda, privando a cidadania aos judeus.

De acordo com algumas análises, os nazistas e sua máquina de propaganda conseguiram organizar a melhor edição das Olimpíadas até então, e “tornaram-se um marco de referência da utilização do esporte para fins políticos.” (Sigoli, 2004, p.116). Além disso, o país foi pioneiro em cobertura midiática, tornando os Jogos Olímpicos de 1936 um dos primeiros megaeventos esportivos televisionados da história, ainda que fosse apenas em Berlim. O evento também contou com mais de 300 estações de rádio, transmitindo os jogos em mais de 25 idiomas. Para reforçar a propaganda, foi criada uma realidade cuidadosamente moldada para os visitantes estrangeiros, com controle rigoroso das imagens pelas autoridades do regime, que censuravam violentamente qualquer aspecto que pudesse prejudicar sua imagem.

A população foi orientada a receber bem os participantes. Os hotéis e restaurantes receberam a determinação de atender bem a todos, relevando os preceitos racistas. Os jornais e boletins oficiais de perseguição aos judeus foram recolhidos. Os cartazes antisemitas foram retirados dos locais públicos [...] Durante os jogos, todas as ações exaltavam a ordem e a glória do governo nazista do III *Reich*. As cerimônias, desfiles e uniformes deixavam a impressão militar e belicosa aparentes (Sigoli; Rose Junior, 2004, p. 116)

Duas semanas antes do início dos Jogos, as autoridades alemãs retiraram da competição a atleta judia Gretel Bergmann. Apesar de possuir uma das melhores marcas do mundo no salto em altura, o seu desempenho não seria útil para reforçar a propaganda nazista se uma medalha fosse conquistada por uma pessoa considerada “não-ariana”. Mesmo ao permitir a participação de atletas de diversas origens étnicas na tentativa de suavizar a sua imagem, o regime ainda manteve restrições aos de origem judaica.

Os jogos foram grandiosos, contando com a presença de 50 países e quase 5.000 atletas, dos quais 328 eram mulheres, estabelecendo números recordes. Apenas os esportes em que os nazistas tinham chances de medalha eram exaltados pelas propagandas. Caso a Alemanha sofresse uma derrota, como aconteceu com o futebol

contra a Noruega, o esporte perdia espaço na mídia, pois uma falha dentro dos jogos, seria uma derrota do povo alemão.

A tentativa de demonstrar a superioridade da raça ariana foi posto em xeque por Jesse Owens, atleta americano e negro, que conquistou 4 medalhas de ouro em diversas modalidades do atletismo. Uma dessas medalhas foi conquistada ao derrotar o campeão europeu e alemão favorito ao ouro, Luz Long, no último salto e superando o recorde olímpico. Hitler e seu ministro da propaganda, Goebbels, que faziam aparições e demonstrações xenofóbicas nos jogos, presenciaram o momento da vitória de Owens. O ditador deixou o estádio irritado, sem cumprimentar o vencedor, como tinha feito com os demais campeões.

Apesar desse acontecimento, o ótimo desempenho dos atletas alemães fez com que o país terminasse no topo do quadro de medalhas. Aliado ao sucesso organizacional do evento, o governo nazista conseguiu agir com mais confiança, percebendo que o povo alemão havia inflado seu orgulho nacionalista. Isso permitiu que o governo fosse mais direto na busca do seu espaço vital para atingir seus objetivos internacionais. Poucos anos após os jogos, isso levaria ao início da Segunda Guerra Mundial.

Na tentativa de promover seu poderio militar, o governo coreografou desfiles e demonstrações de equipamentos militares durante as cerimônias de abertura e encerramento dos jogos. Hitler convocou o exército alemão para auxiliar na construção de complexos esportivos e da vila olímpica enquanto promovia frentes de trabalho que empregavam o grande contingente de desempregados da Alemanha daquela época. Para demonstrar sua habilidade técnica e a modernidade do país, o governo nazista investiu em instalações esportivas que também tinham um componente militar, projetadas não apenas para os jogos, mas também para treinamentos militares e preparações para corpos de guerra em larga escala durante e depois dos jogos (Krüger e Murray, 2003).

Nos bastidores, o regime nazista se preparava para se expandir territorialmente. Impulsionado pelo orgulho inflamado dos seus cidadãos, Hitler se tornou ainda mais totalitário, intensificando suas políticas antissemitas ao promulgar leis discriminatórias mais opressivas, que eventualmente culminaram no Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. As políticas de rearmamento militar, que já estavam em curso antes do megaevento esportivo, se intensificaram com o crescimento do exército após o desenvolvimento das indústrias de armamentos, visando expansão territorial por meio de anexações e conquistas. Três anos depois, a Alemanha invadiu a Polônia, marcando o início da Segunda Guerra Mundial.

Após Berlim 1936, os jogos foram paralisados em virtude da Segunda Guerra Mundial. Muito se diz que, em 1936, o clima já era de guerra iminente na Europa e a propaganda nazista em torno do corpo bélico e do esporte usado como guerra nos mostra que sim (Mostaro, 2012, p. 106).

A utilização dos Jogos Olímpicos como ferramenta de propaganda e legitimação de regimes como o nazismo foi um marco histórico significativo. Esses jogos, que tinham como a prerrogativa de promover uma Alemanha “renovada”, também foram responsáveis por encobrir maquinações sinistras nos bastidores. Essa fase sombria na história olímpica serve como um grande exemplo e um poderoso lembrete sobre a instrumentalização política do esporte e da necessidade de vigilância contra o uso indevido de eventos internacionais para agendas autoritárias e destrutivas.

2.2 ARGENTINA: GOLS DA DITADURA NOS CAMPOS DE FUTEBOL.

No documentário “Os Esquemas da FIFA” é apresentado um vídeo antigo que promovia uma campanha de boicote à Copa do Mundo de 1978. O vídeo menciona que “A Copa do Mundo da Argentina é uma cópia de carbono de 1936” (00:20:55), em referência aos eventos olímpicos de Berlim. De fato, quando se discute o fenômeno do “*sportswashing*” e a interseção entre eventos esportivos e política, tanto as Olimpíadas Nazistas quanto a Copa do Mundo durante a Ditadura na Argentina são os exemplos mais marcantes desse contexto.

Sobre esse tema, David Conn, no mesmo documentário, afirma:

Essa lavagem esportiva é um grande problema contemporâneo, e, ao analisarmos a Copa do Mundo de 1978, os Jogos Olímpicos de 1936, e agora, acho que se torna mais perturbador. Basicamente, o esporte se deixa comprar por regimes que desrespeitam os direitos humanos em vez de usar o poder que tem para a eles se opor. E podemos dizer que a Argentina mostrou como fazer isso. (Esquemas da Fifa, Netflix, 00:23:33.)

E é nesse contexto autoritário que encontramos a Argentina de 1978. Em 24 de março de 1976, um golpe militar derrubou o governo de Isabel Perón, instaurando uma ditadura militar autodenominada “Processo de Reorganização Nacional”. Na época, o país estava mergulhado em uma grave crise financeira e enfrentava significativa instabilidade, marcada por intensa violência política e conflitos sociais generalizados.

O governo ditatorial foi presidido por uma Junta Militar que nomeou Jorge Rafael Videla como presidente e estabeleceu um regime de terror. Com a Constituição suspensa e o Congresso fechado, foram proibidos os partidos políticos e sindicatos. O objetivo

desse governo era reprimir os movimentos populares, instaurar a censura e impor uma forte repressão. De acordo com a Enciclopédia Contemporânea da América Latina, de Emir Sader, María Seoane afirmou que a ditadura militar argentina foi “a maior restauração conservadora do século XX”.

O cenário do país era de terror, pânico e medo. A Junta Militar perseguia, torturava e matava pessoas que não seguiam as normas ou se opunham ao regime vigente. Esses eventos, que posteriormente viriam a ser chamados de Guerra Suja (Finchelstein, 2014), foram caracterizados pelo sequestro e desaparecimento de milhares de cidadãos, e eram motivados não apenas por questões políticas, mas também religiosas e outras formas de dissidência que eram vistas como uma ameaça ao governo autoritário.

A escolha da Argentina como país sede da Copa do Mundo de 1978 ocorreu anos antes do golpe militar (Agostino, 2002). No contexto ditatorial, o governo inevitavelmente utilizaria do esporte popular para difundir seus conceitos. Nas palavras de Roldán:

A amálgama futebol-pátria-nação-Estado assumiu uma importância fundamental para estabelecer certas valorizações em torno de um novo modelo social, que se impunha sobre a morte e o desaparecimento de milhares de cidadãos. Controlar o senso comum era uma das aspirações da ditadura; a lógica aterrorizante do terrorismo de Estado organizou uma estratégia para fixar o sentido e infundir medo, visando disciplinar tanto os setores sociais dissidentes quanto os apáticos (Roldán, 2007, p. 132, Tradução livre).

A Copa do Mundo de 1978, portanto, desempenhou um papel crucial nas estruturas das relações de poder no país (Roldán, 2007). Aproveitando o apelo gerado pela comoção social diante de uma atividade esportiva tão popular no país, e necessitando de um aparato propagandístico para legitimar o regime, a ditadura buscava implantar e promover valores na sociedade argentina através do futebol.

O Mundial de 1978 foi um evento importante para o futebol argentino. [...] No entanto, ocorreu durante a mais violenta ditadura civil-militar que o país já conheceu. As autoridades de fato buscaram usar o evento esportivo como um instrumento para promover maior estabilidade social e consenso político. (Roldán, 2019. p.14. Tradução livre.)

Nesse período, enquanto o país enfrentava acusações de violação de direitos humanos, a Copa surgiu como uma oportunidade para que a Junta Militar mascarasse seus próprios crimes, combatendo a imagem negativa no exterior, legitimando seu governo, tanto interna quanto externamente, e exaltando a Argentina no cenário internacional (Ellis, 2020). O mundo voltava os seus olhos para o país, governado por um

regime opressor e ditatorial, que se utilizou da organização do evento como uma propaganda a seu favor, sem medir esforços para causar uma boa impressão (Galeano, 2004) e responder de maneira positiva às acusações e questionamentos vindos da comunidade internacional.

Nessa tentativa de construção do imaginário coletivo, o governo militar não poupou investimentos. A imprensa e o governo andavam juntos nesse tema, e uma empresa norte-americana de relações públicas, a Burson Marsteller, foi contratada por meio milhão de dólares. A intenção era suavizar a percepção externa quanto aos abusos e violações existentes, ao mesmo tempo que destacavam os supostos aspectos positivos do governo ditatorial. Com avanços tecnológicos, a Argentina conseguiu ampliar o seu palco, não se limitando apenas a rádios e ao espaço físico, mas criando também um grande centro de imprensa e televisão, e com o projeto A78TV, realizou a transmissão internacional ao vivo e em cores para quem não tivesse a oportunidade de estar no país (Magalhães, 2012).

Além da imprensa, as instalações destinadas aos turistas e aos aproximadamente 5 mil profissionais de imprensa receberam muita atenção e modernização. Esforços significativos foram feitos para que hotéis, aeroportos e os estádios impressionassem positivamente os estrangeiros e engrandecessem o Mundial (Galeano, 2004).

Todo esse projeto espalhafatoso chamou atenção, sendo notado inclusive por jornalistas alemães que compararam o Mundial de 1978 às Olimpíadas de 1936, celebradas por Hitler com toda pompa em Berlim. Este evento de fato possuía ainda mais semelhanças com a Olimpíadas Nazistas. Segundo Galeano (2004, p.150), próximo ao Estádio Monumental de Núñez, do clube de futebol River Plate, operava o maior centro de detenção e tortura, o "Auschwitz local", localizado na ESMA (Escola Mecânica da Armada). Os documentários "Esquemas da FIFA" e "Memórias do Chumbo" oferecem uma visão ilustrada dessa situação. Segundo Sader (2006, p. 105) e informações do jornal *Globo News*, organismos de defesa dos direitos humanos estimam que foram cerca de 30 mil desaparecidos ou mortos pela ditadura. Alguns presos políticos e dissidentes eram ainda capturados, drogados e lançados vivos de aviões no mar ou no rio da Prata, conforme relatado pelo *Museo de La Memoria Y Los Derechos Humanos*, sendo essa prática conhecida como "*vuelos de la muerte*" (voos da morte).

Com a proximidade do evento, a possibilidade de boicote diante das crescentes denúncias foi amplamente discutida. As críticas quanto à realização do evento vinham sobretudo de grupos e partidos de esquerda, muitos deles originários da Europa, com seus comitês principais com sede na França (Franco, 2005).

A declaração "Menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa" foi feita pelo ex-secretário-geral da FIFA, Jerome Valcke, em 2013, durante uma visita da federação ao Brasil para acompanhar os preparativos da Copa do Mundo de 2014. Essa afirmação levantou questões sobre os momentos em que a FIFA foi vista associada a governos autoritários, respaldando ditaduras (Gordon, 2022). Isso é especialmente evidente no evento de 1978, que contou com esforços conjuntos da FIFA e do país-sede, para realizar o evento sem interrupções, incluindo investimentos significativos em contra propagandas. O então presidente da FIFA, João Havelange, estava focado na consolidação do futebol como espetáculo esportivo global e comercial. Ele elogiou a Argentina antes e depois do evento, expressando a visão de que "política e futebol não se misturam", conforme retratado no documentário da Netflix.

Uma vez que as delegações de futebol, que haviam se classificado, chegaram à Argentina, a pressão francesa pelo boicote não obteve êxito. Inclusive, Michael Hidalgo, treinador da equipe francesa, justificou a participação não como um apoio ao regime, mas como um encontro com o povo argentino (Agostino, 2002).

Contando com a participação de 10 seleções europeias, 4 latino-americanas, (sendo elas as seleções do Brasil, Argentina, Peru e México), além das seleções do Irã e da Tunísia, e até a benção enviada de Roma pelo Papa, a Argentina se consagrou campeã. Como uma ferramenta de unificação nacional posta em prática pelo regime, a euforia do público com a vitória de sua seleção resultou em uma forte onda de patriotismo. Com isso, a imagem negativa do regime foi temporariamente retirada de foco (Ellis, 2020) e "a imagem principal construída do grupo argentino foi de harmonia, tanto entre atletas e o técnico como com o regime e os meios de comunicação" (Magalhães, 2012, p. 3).

Com o título conquistado em casa, os argentinos comemoravam a vitória em todo território, enquanto a junta militar interpretava esta vitória como uma conquista política. Eles viam nela o sucesso do projeto nacional argentino, como uma forma de construir uma memória que legitimava sua imagem de salvadores da pátria (Capelato, 2006, p.68). Um evento que foi estrategicamente planejado para mostrar a capacidade administrativa do governo reafirmava a competência do país sob a nova administração.

A influência de Videla e as teorias referentes à manipulação no Mundial fazem alguns autores levantarem suspeitas de que o governo havia reservado parte do orçamento da Copa para a compra de resultados. Essas alegações sugerem que, para garantir a vitória argentina, o regime estaria disposto a usar o poder econômico e até ameaçar jogadores e árbitros. Sobre o tema, Giulianotti (2002) relembra a semifinal contra

o Peru, onde o resultado de 6 a 0 permitiu à Argentina avançar para a final, levantando suspeitas de manipulações e combinação de resultados na referida partida, contando com diversas teorias. Tais ações visavam assegurar o sucesso da equipe anfitriã e projetar a imagem do país vencedor para o mundo, como um feito do regime ditatorial.

Após a Copa, a imagem internacional do país melhorou, e a imprensa não questionava a ditadura devido à censura. O frenesi da vitória foi tanto que as denúncias que surgiam eram interpretadas como antipatriotismo, uma propaganda “anti-Argentina”. As forças armadas conseguiram renovar por um tempo o consenso no país e promover uma considerável mobilização de massas a seu favor. Deste modo, “após o fim da ditadura em 1983, a principal memória que prevaleceu na Argentina foi a da Copa como parte da vitória do regime, e a vitória como uma celebração oficial” (Magalhães, 2012, p.10).

No supracitado documentário da Netflix, Daniel Ferreiro, executivo do futebol argentino, compartilha seu relato sobre a vitória da seleção: “Foram os primeiros momentos felizes em comunidade de que me lembro. Passamos da euforia à tristeza, quando descobrimos no fim da ditadura, tudo que acontecera naqueles anos e que tínhamos sido usados de fantoches.”

Esse testemunho destaca a dualidade das emoções que permanecem na memória do povo argentino. Enquanto a vitória trouxe um senso temporário de união e alegria, a revelação das atrocidades cometidas durante a ditadura militar transformou esse momento de celebração em um período de reflexão e desilusão. A Copa do Mundo de 1978, embora represente um triunfo esportivo para os argentinos, é agora vista como uma ferramenta de manipulação política utilizada pelo regime para desviar a atenção e fortalecer o poder.

3. A FACE OCULTA NAS COMPETIÇÕES GLOBAIS: UNIÃO SOVIÉTICA E CATAR DESMASCARADOS

3.1 ENTRE FOICES E ANÉIS OLÍMPICOS: A IMAGEM SOVIÉTICA NOS JOGOS OLÍMPICOS

Em sua contribuição à obra *“Deporte y represión: una invitación a 40 años del Mundial 78”*, Diego Roldán discute o contexto da Copa do Mundo da Argentina de 1978, observando como as autoridades do país utilizaram do evento esportivo para promover maior estabilidade e consenso político. Além disso, o autor menciona que movimentos dos direitos humanos e exilados na Europa destacaram que o Mundial de 78, “poderia ser associado a outros eventos realizados em contextos semelhantes, como os Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim” (Roldan, 2019. p.15). Ele também sugere que essa analogia se completaria dois anos depois “abrangendo regimes autoritários de diferentes orientações políticas, com os Jogos Olímpicos de Moscou em 1980’ (Ibidem)’

A União Soviética (URSS), desde o seu surgimento em 1922, esteve sob o poder do Partido Comunista. Segundo Hannah Arendt em *“As Origens do Totalitarismo”* (1975), o partido impôs um controle totalitário sobre todos os aspectos da vida dos cidadãos, sejam políticos, econômicos, sociais, culturais ou pessoais. Sob essa ideologia de controle absoluto, além de uma intensa censura da mídia, o regime soviético reprimia e eliminava todas as formas de dissidência e oposição política.

Arendt destaca que, similarmente ao regime nazista, o regime soviético empregava violência e terror. Prisões em massa, campos de trabalho forçado (*gulags*) e execuções eram medidas tomadas para manter o controle da população e suprimir potenciais dissidentes. A autora argumenta que o totalitarismo soviético negava os direitos individuais, restringindo a liberdade e autonomia dos cidadãos, os transformando em meros instrumentos do Estado. Além disso, o governo buscava mobilizar a população em torno de seus objetivos políticos e econômicos, criando campanhas de propaganda para promover um senso de unidade e identidade nacional.

Na obra *“Os Anti-soviéticos da União Soviética”*, Vladimir Voinovich (1985) relata inúmeros casos que evidenciam como o Estado e a sociedade civil eram fechados para os próprios cidadãos soviéticos. Ele descreve como o governo impunha censura rigorosa e interpretava mesmo as mínimas manifestações como forma de sabotagem: “às vezes um erro comum de gramática, pronúncia ou tipografia se torna um erro político” (Voinovich, 1985, p. 216). O autor argumenta que: “a afirmação de que os direitos

humanos são violados na União Soviética não está bem certa. Não se pode violar algo que não existe” (p. 121).

O Partido Comunista permaneceu no poder até 1991 e ao longo desse período, todos os governos que se sucederam mantiveram um caráter autoritário constante. Em sua obra, Hannah Arendt (1975) descreve o governo soviético, sob o poder de Stalin, como um regime totalitário. No entanto, durante o passar dos anos e dos governantes, a realidade soviética passou por mudanças significativas que a afastaram das características extremas do totalitarismo.

Um exemplo significativo foi o governo de Leonid Brezhnev, que assumiu a liderança da URSS em 1964. Embora seu governo tenha sido conhecido como a “Era da Estagnação”, também foi marcado por tendências ambíguas (Kuznetsov, 2012). De acordo com Hobsbawm (1995, p. 463) em “A Era dos Extremos”, a URSS era uma sociedade estável social e politicamente, em parte devido à ignorância social mantida pelas autoridades e pela censura em relação a outros países. A Era de Brezhnev foi marcada por um crescente descompasso entre a ideologia oficial e a realidade. Ao mesmo tempo que se discutia sobre o desenvolvimento da “democracia socialista” e o aumento da participação social nas decisões políticas, a realidade era bem diferente (Kuznetsov, 2012).

Em 1977, uma grande campanha de propaganda foi estabelecida a fim de promover a nova Constituição da URSS que, em comparação com a de 1936, parecia de grande avanço rumo à democratização e à ampliação de direitos civis. No entanto, na prática, a política soviética tornava-se cada vez mais conservadora. O poder burocrático absoluto se fortaleceu, a ditadura administrativa se intensificou e os dissidentes continuaram sendo perseguidos (Kuznetsov, 2012). Ademais, a “crescente e escancarada corrupção do Partido Comunista” (Hobsbawm, 1995, p. 463) fez com que muitos governantes permanecessem em seus cargos por toda a vida, sem serem substituídos. Como resultado, a liderança soviética envelheceu e esses líderes, os “anciãos do Kremlin”, que já não conseguiam mais trabalhar de forma eficaz, ainda assim, mantinham seus altos postos na administração (Kuznetsov, 2012).

Com uma postura que reforçava um enraizamento reacionário e conservador (Parks, 2009), e diante da quebra das promessas do governo Brezhnev sobre uma nova Constituição, se gerou uma apatia e desilusão entre a população soviética. As massas perderam a fé no sistema comunista e nos seus fundamentos ideológicos, que cada vez mais eram vistos como fachada para sustentar um regime corrupto (Kozlov, 2002).

Além das questões internas enfrentadas pelo governo de Brezhnev, a União Soviética se encontrava inserida em um contexto internacional tenso e polarizado conhecido como a Guerra Fria. Esse período, que abrangeu desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1990, foi marcado pela rivalidade ideológica, política e econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética. Segundo Hobsbawm (1995, p. 235), a Guerra Fria polarizou o mundo em dois campos distintamente divididos e controlados pelas superpotências. Foi um período caracterizado pelo terror nuclear, no qual ambas as potências competiam militarmente e buscavam expandir suas influências globalmente, exercendo uma “forte capacidade de regulação do sistema mundial” (Vizentini, 2005, p.13). Esse contexto moldou significativamente as políticas internas e externas de cada país.

Assim como a URSS, os EUA eram a outra superpotência global, e representavam ideologias opostas, o comunismo *versus* o capitalismo. Cada um desses países acreditava sinceramente ser o modelo ideal para o mundo (Hobsbawm, 1995).

Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. (Hobsbawm, 1995, p. 231).

Nessa busca por influência global, as duas superpotências realizaram diversas corridas para demonstrar que seus modelos eram os ideais. Isso incluiu competições armamentistas, a corrida espacial e a corrida tecnológica, todas marcadas por intensas rivalidades e avanços significativos que garantiram impactos profundos na geopolítica mundial.

Dentro desse campo de intensa rivalidade, os esportes se destacaram como arenas de confronto durante a Guerra Fria. Conforme aponta Castro (2020), o esporte assumiu um espaço importante para o estabelecimento de relações diplomáticas consensuais. Nesse período, os Jogos Olímpicos se tornaram um meio alternativo de competição entre norte-americanos, representantes da democracia liberal, e os soviéticos, representantes do comunismo (Kobierecki, 2013). Em outras palavras, em uma arena internacional na qual o mundo volta suas atenções, os Jogos Olímpicos poderiam ser utilizados como um mecanismo ideológico, político e propagandístico. Esse megaevento oferecia a oportunidade de se apresentar ao mundo como nações poderosas, detentoras de sistemas políticos e econômicos bem-sucedidos, que poderiam servir de exemplo e

modelo para o restante do mundo, na tentativa de determinar sua supremacia sobre o outro (Goldberg, 2000).

Em sua obra "O Novo Homem Soviético", Fernando Nadra (1983, p. 80), define o significado da prática esportiva segundo a Constituição soviética e a ideologia marxista-leninista. Segundo ele, "o desporto é uma parte substancial do modo de vida soviético e da formação do homem novo". Assim como os cidadãos eram um instrumento do Estado soviético, os esportes eram um produto do sistema socialista (Angestav, 2022).

Nesse contexto, a candidatura bem-sucedida da União Soviética para sediar os Jogos Olímpicos de 1980 em Moscou não foi apenas uma decisão esportiva, mas um jogo político muito bem calculado, que ecoaria como uma campanha doméstica (Young, 2015) e uma vitrine internacional, potencialmente reforçando a ideologia comunista (Angestav, 2022).

Os Jogos Olímpicos de 1980 foram significativos não apenas por terem sido sediados no primeiro Estado socialista do mundo (Senn, 1999), mas também pelo maior boicote internacional da história olímpica. O boicote em questão foi liderado pelos Estados Unidos em resposta à invasão da União Soviética, em 1979, ao Afeganistão. O presidente norte-americano Jimmy Carter anunciou a decisão de boicotar os jogos como uma forma de protesto contra a agressão soviética, convocando outras nações a fazerem o mesmo.

Para mitigar os impactos do boicote e garantir o sucesso nos Jogos, o Comitê Organizador, também conhecido como Orgcomm dedicou esforços especiais (Senn, 1999). A fim de persuadir o Terceiro Mundo a não seguir o discurso norte-americano, cuidado e perseverança foram exigidos do Comitê, que precisava navegar habilmente entre as dinâmicas internacionais complexas para que os Jogos Olímpicos fossem dissociados de controvérsias políticas (Senn, 1999). O Partido Comunista enfatizou que os Jogos eram um evento de grande importância internacional, simbolizando o desejo das nações por paz, desarmamento, cooperação e entendimento mútuo. Alegou também que a situação no Afeganistão não era a verdadeira causa da movimentação norte-americana contra o evento, mas apenas um pretexto. Nas palavras de Senn:

'Segundo Ignatii Novikov, a seleção de Moscou para sediar os Jogos "tornou-se um sinal para o ataque, ao qual se uniram não apenas anti-soviéticos declarados, mas também todos os opositores do Olimpismo, todos que abertamente ou secretamente lutam contra a paz e a cooperação internacional" (1983). [...] O historiador esportivo soviético V.V. Stolbov escreveu: "Inimigos do movimento olímpico, opositores da détente e inimigos do socialismo e do comunismo... tentaram interromper os Jogos Olímpicos em Moscou e dividir o Movimento Olímpico" (1983). Os soviéticos argumentaram que a situação no Afeganistão era apenas um

pretexto para os propósitos da administração americana, e não a causa de suas ações. (Senn, 1999, p. 175-176. Tradução livre).

A determinação soviética em alcançar o sucesso nas Olimpíadas permaneceu constante com o Orgcomm se dedicando na elaboração de um plano detalhado de diplomacia olímpica. Este plano incluía o estabelecimento de contatos internacionais e boas relações com jornalistas estrangeiros, além de convidar todos os profissionais da mídia a visitar o país para acompanhar de perto os preparativos olímpicos e se familiarizar com a União Soviética (Young, 2015). Além dessas reuniões em Moscou, essa estratégia previa também que funcionários soviéticos no exterior disseminassem regularmente informações sobre o evento, visando promover uma compreensão mais profunda das qualidades da sociedade soviética e influenciar a opinião pública sobre a cobertura do evento, apesar de os comentaristas não estarem sob controle político do país (Young, 2015). A propaganda soviética defendia a realização dos jogos como algo moralmente correto e alinhado com o ideal olímpico criticando a “hipocrisia” do Ocidente (Parks, 2009).

As Olimpíadas de Moscou de 1980 receberam um significativo investimento em infraestrutura. Foi formulado um plano de reformas e construção de instalações esportivas e serviços de hospitalidade. A campanha doméstica dirigida ao povo soviético enfatizou que essa infraestrutura foi construída para benefício dos próprios cidadãos, destacando que os Jogos proporcionariam novas e modernas instalações para a população (Young, 2015). O governo recomendou que os dissidentes deixassem a cidade durante o verão para que se evitasse o contato com a mídia estrangeira. No final de junho, Moscou foi fechada, permitindo a entrada de soviéticos de outras partes do país apenas mediante permissões especiais (Senn, 1999).

O governo dos Estados Unidos falhou em seu objetivo de conseguir 80 abstenções (Young, 2015). Apesar da ausência de 60 países que aderiram ao boicote, incluindo gigantes do esporte, como Alemanha Ocidental, Canadá e Japão (Nepomuceno, 2004), Moscou recebeu a participação de 81 nações. Embora tenha sido o menor número de participantes, os Jogos testemunharam uma diversidade geográfica sem precedentes, com várias nações competindo no evento pela primeira vez, como Angola, Vietnã, Botsuana, Laos, Nicarágua, Seychelles, Moçambique e Chipre. Além disso, a presença de 1.115 atletas mulheres marcou a maior porcentagem de participação feminina nos Jogos Olímpicos. Várias nações ocidentais e aliadas dos Estados Unidos também compareceram às Olimpíadas, incluindo Grã-Bretanha, França, Bélgica, Grécia, Islândia,

Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Dinamarca e Portugal, além de países da Commonwealth Britânica, como Austrália e Nova Zelândia. Algumas dessas nações enviaram delegações menores que competiram sob a bandeira olímpica ao invés das suas bandeiras nacionais, o que reduziu de maneira significativa o impacto do boicote promovido por Jimmy Carter (Parks, 2009).

Com a ausência dos atletas dos Estados Unidos, o favoritismo recaiu sobre a União Soviética e a Alemanha Oriental, ambos países socialistas (Nepomuceno, 2004). O país anfitrião conquistou aproximadamente 4 em cada 10 medalhas disputadas. A mídia estatal soviética exaltou os esforços do comitê organizador e a dedicação dos cidadãos na preparação do evento, o que gerou um sentimento de orgulho e alívio na população (Parks, 2009).

Em relação à política doméstica, os recursos propagandistas conseguiram associar as conquistas soviéticas ao cuidado meticuloso do Partido Comunista em melhorar a qualidade de vida e o bem-estar do povo. Isso resultou na representação dos atletas soviéticos como figuras heroicas e personalidades do futuro, vistos como indivíduos harmoniosamente desenvolvidos e detentores de altas qualidades morais. Seus feitos nas arenas esportivas eram frequentemente exaltados como “notáveis feitos dos desportistas soviéticos”, refletindo o grande avanço que a sociedade experimentava sob a “tutela comunista” (Young, 2015, p. 199).

A declaração feita pelos atletas durante seu discurso para Brezhnev exemplifica essa estratégia. Eles expressaram gratidão ao Partido Comunista e ao governo soviético pelo cuidado com o bem-estar do povo, seguido por uma declaração fervorosa de seu compromisso de ter sucesso na próxima Olimpíada. [...] Em sua declaração, os atletas transmitiram um profundo senso de orgulho por sediar as Olimpíadas na "terra natal do Grande Lenin", enfatizando sua aspiração de ouvir o hino soviético tocado em homenagem às suas vitórias. Eles proclamaram que o objetivo mais significativo e a maior alegria para um atleta soviético era trazer glória à sua amada pátria. Os atletas concluíram com uma declaração de sua identidade como cidadãos da União Soviética, um título que consideravam sagrado. (Young, 2015, p. 201. Tradução livre)

Para os fins da sua política externa, os Jogos Olímpicos da URSS tiveram opiniões mistas. Enquanto alguns participantes internacionais elogiavam a organização e exaltavam a hospitalidade soviética - incluindo o recém-eleito presidente da COI (Comitê Olímpico Internacional), Juan Antonio Samaranch, que destacou a eficiência e o profissionalismo na “magnífica organização dos jogos” (Parks, 2009) - muitos ocidentais atribuíram à rigidez do regime a natureza “mecânica” e extremamente organizada da abertura e encerramento dos jogos (Parks, 2009). Para alguns atletas competidores, os

Jogos de Moscou definitivamente apresentaram problemas de arbitragem (Nepomuceno, 2004). Além disso, houve críticas sobre as medidas de segurança, com relatos de um controle rigoroso da cidade por milhares de agentes especiais da KGB (Comitê de Segurança do Estado da URSS). O governo justificou as ações como medidas necessárias para a segurança dos atletas (Senn, 1999).

Para os países estreadores, os Jogos Olímpicos de Moscou representaram a oportunidade de visibilidade e integração internacional. A URSS foi vista pelos seus aliados e simpatizantes como um país benevolente, promotor de igualdade, que, apesar das tentativas de sabotagem, demonstrou resiliência. Os jogos foram percebidos como uma iniciativa comunista destinada a promover a amizade e cooperação entre nações, enfatizando os ideais pacíficos e apolíticos do movimento olímpico (Parks, 2008; Young, 2015). Certamente, a intenção era inspirar o orgulho nacional e legitimar a crença moral do sistema comunista. De acordo com Simon Young (2015), os Jogos representaram uma ferramenta de *soft power* extremamente importante para a URSS neste período, possivelmente alcançando o ápice dos esforços soviéticos para aumentar a sua influência internacional ao longo da Guerra Fria, servindo como um modelo para os outros países, conforme destacado por Douglas Vasconcellos (2011) em sua obra.

Com a justificativa de preocupação com a segurança de seus atletas, a União Soviética retaliou, quatro anos depois, o boicote dos EUA, ao embargar os Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1984. Outras 14 nações seguiram a decisão da URSS e também se ausentaram. Mais uma vez, a firme convicção do Comitê Olímpico Internacional de evitar que questões políticas interferissem nos Jogos, foi desafiada (Nepomuceno, 2004).

3.2. LA'EEB³ POR DEBAIXO DOS PANOS: O BASTIDORES CONTROVERSOS DA COPA DO CATAR

“O futebol em particular, mas os esportes em geral, sempre teve um papel importante na nossa cultura, nas nossas ambições, na utilização dele como catalisador, como um veículo para levar adiante alguns objetivos da nação.” Essas palavras foram proferidas pelo próprio Secretário-Geral do Comitê de Execução da Copa do Mundo do Catar em 2022, Hassan Al Thawadi, em seu relato no documentário “Esquemas da FIFA” (00:06:53). Esse depoimento, juntamente com todas as iniciativas que o país realizou

³ O nome "La'eeb" refere-se ao mascote da Copa do Mundo de 2022 no Catar. Ele foi inspirado na Ghutra", uma vestimenta tradicional árabe que é caracterizada por um lenço na cabeça.

através do futebol, revela a esperança do uso do esporte para a promoção do Catar no cenário internacional, sendo o primeiro país árabe e muçulmano a sediar uma Copa do Mundo.

O Catar é governado por uma monarquia absolutista no qual o Emir, chefe de Estado, detém o poder legislativo, executivo e em última instância, o judiciário. No país, as únicas eleições que ocorrem são para o conselho municipal consultivo, sendo os partidos políticos proibidos. Embora o país seja considerado um dos mais ricos do mundo segundo o FMI, devido às suas vastas reservas de combustíveis fósseis, uma grande parte da sua população não possui cidadania plena e enfrenta restrições significativas em seus direitos políticos e civis (Bettine, 2021).

Considerado um “petroestado”⁴ e governado pela família Al Thani desde meados do século XIX, o Catar vivenciou um episódio histórico crucial em 1995, quando o ex-Emir Sheikh Hamad bin Khalifa Al Thani liderou um golpe de estado para depor o seu próprio pai, Sheikh Khalifa bin Hamad Al Thani, que estava em viagem internacional (Britannica, 2023). Este evento não apenas alterou o curso político interno do país, como também marcou o início de reformas significativas na política externa do Catar. O novo monarca, buscando consolidar e legitimar a sua liderança diante das turbulências pós-golpe, iniciou uma campanha política caracterizada pela abertura do país (Sanromà, 2015).

Essa campanha foi baseada não apenas em uma abertura política ou cultural, mas também como um esforço estratégico para se modernizar e diversificar a economia do país. Isso porque o Catar, tradicionalmente dependente da exploração de hidrocarbonetos, enfrentou um declínio econômico significativo na década de 1990, devido à queda nos preços internacionais do petróleo, semelhante a outros países do Golfo Pérsico (Rathmell e Schulze, 2000). Nesse contexto, o objetivo era buscar novas fontes de receita, através da internacionalização e da abertura do país, atraindo investimentos estrangeiros e impulsionando o turismo nacional.

De acordo com Món Sanromà (2015), o uso do *soft power* por Hamad Al Thani foi algo notável e progressivo. Diferentemente de outros países, o Catar possui poucas fontes privadas de *soft power*, com a maioria delas sendo controlada pelas instituições governamentais. Empresas, fundações e organizações financiadas pelo governo desempenham um papel crucial na aplicação desse poder brando, penetrando profundamente no domínio social e colocando a sociedade e os indivíduos em uma posição irrelevante. De acordo com Sanromà:

⁴ Países monárquicos que têm a sua economia dependente da indústria petrolífera.

O Catar criou organizações semigovernamentais, semiprivadas, bem financiadas, que se envolvem em operações de cooperação, assistência e outros esforços internacionais, e que, por sua vez, impedem o surgimento de entidades politicamente independentes de orientação semelhante. Essas organizações não governamentais afirmam ser financiadas pelo governo, mas são compostas por membros proeminentes da família do Emir. (Sanromà, 2015, p.18)

Esses esforços internacionais mencionados por Sanromà, têm pautado uma política externa muito ativa. O autor ainda afirma que as instituições que mais contribuem para o aumento do poder internacional do Catar, e com retornos mais lucrativos, estão associadas ao setor de investimentos. Uma dessas entidades que garantem uma forte presença e melhoram o setor de turismo do país, é a companhia aérea nacional, a *Qatar Airways*. Além dela, para disseminar e expandir sua cultura na era da informação, em 1996 foi fundada a *Al Jazeera*⁵, uma rede de televisão de projeção global.

A maioria das políticas domésticas do Catar, especialmente as voltadas para transformar o modelo de desenvolvimento através da cultura e do conhecimento, utilizou recursos de *soft power*. No entanto, a política internacional do país gerou tanto ou mais *soft power* do que o doméstico. O Catar se estabeleceu como um ator diplomático inovador, híbrido e destemido, com foco principalmente regional, mas também global. (Sanromà, 2015, p.28)

É dentro estratégia ampla de *soft power*, focada na promoção do turismo, expansão cultural e diversificação econômica, que o país do Golfo encontrou no esporte uma ferramenta poderosa, mesmo não possuindo tradição esportiva nem infraestrutura para receber eventos de grande porte. Deste modo, “os catarenses criaram uma indústria desportiva. Fizeram o que outros países fazem de forma orgânica ao longo das décadas. Tornaram o esporte da identidade nacional.” Afirma James Dorsay, em Esquemas da FIFA (00:07:11).

É nesse contexto que, em 2009, o Catar anunciou a sua candidatura para sediar a Copa do Mundo de 2022. Superando nações concorrentes como Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão e Austrália, o país árabe venceu a licitação em 2010. Embora na época, não possuísse estádios ou hotéis suficientes para acomodar turistas e seleções, e enfrentasse o desafio de verão escaldante na época do Mundial, comprometendo o bem-estar dos competidores, o Catar conseguiu superar países com uma tradição esportiva muito mais estabelecida.

⁵ Produtora esta, que foi responsável pela produção do documentário da Netflix, Os Esquemas da FIFA.

A Diretora Executiva do Comitê da Copa do Mundo de 2022, Fatma Al Nuaimi, relatou em entrevista⁶ para o portal UOL, que existiam muitos preconceitos enraizados na imaginação geral no que se refere ao mundo ocidental e em relação à cultura árabe. A intenção do Catar era mostrar que essas percepções eram equivocadas. No entanto, a notícia da escolha do Catar para sediar o Mundial de 2022 foi seguida por uma série de denúncias e investigações que envolviam suborno aos dirigentes da Fifa em relação ao processo de eleição (Brannagan e Giulianotti, 2018). Apesar de não haver evidências concretas de um vínculo direto entre o governo catari e o esquema de corrupção, a percepção internacional é de que o país tenha se beneficiado disso, o que manchou a reputação da edição desde o seu princípio.

Nos 12 anos que se seguiram, o Catar utilizou as suas entidades financeiras para promover uma imagem de inserção significativa no âmbito esportivo global. Isso incluiu o patrocínio de grandes clubes de futebol europeu, o estabelecimento de academias de futebol ao redor do mundo e a aquisição do clube francês Paris Saint-Germain, transformando-o em um dos clubes mais ricos e competitivos da Europa, atraindo grandes jogadores, e conquistando diversos títulos (Hofman, 2021; Bocquet e Dalakas 2023).

Em paralelo, desde 2008, o Catar anunciou um plano intitulado “*Qatar National Vision 2030*”, estabelecendo o ano de 2030 como um marco para alcançar níveis satisfatórios em relação ao desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental no país (State of Qatar, 2024). Este último, foi utilizado como estratégia para vender a imagem de uma Copa do Mundo sustentável, sendo o primeiro Mundial neutro em emissões de carbono (Talavera, 2019).

Contudo, todas essas estratégias que tinham a intenção de legitimar a escolha do Catar como sede não deixaram o país isento de críticas, pelo contrário, acabaram por gerar várias controvérsias. O próprio conceito de “*sportswashing*” tornou-se popular devido a essas iniciativas do governo catari. Enquanto o país buscava aproveitar os privilégios de se integrar à comunidade internacional como uma nação moderna e com uma economia diversificada, para enaltecer seu emirado e ganhar reconhecimento positivo (Dorsey, 2015), os holofotes evidenciam algumas contradições neste processo.

Organismos internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional (2014), acusaram o Catar de infringir os direitos humanos, ao restringir severamente a liberdade de expressão e de imprensa, além de perpetuar leis que discriminam mulheres e a população LGBTQ+. Mahmood (2015) destaca uma série de reformas políticas que

⁶ [Qatar quer usar a Copa para mudar a visão que você tem do mundo árabe](#)

prejudicam as mulheres, incluindo regulamentações sobre vestimentas, e tratamento preferencial aos homens. A organização internacional não governamental *Human Rights Watch* (2018) denunciou o sistema de tutela, no qual as mulheres dependem da autorização de seus tutores (pais ou maridos) para a tomada de decisões importantes, como viajar, casar ou trabalhar, perpetuando o controle masculino e aumentando casos de violência doméstica, uma vez que no país não há legislação de proteção eficaz contra esse tipo de violência (Anistia Internacional, 2014). No que diz respeito à comunidade LGBTQ+, o próprio código penal do Catar proíbe relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, sendo a prática passível de prisão e até mesmo pena de morte (Anistia Internacional, 2014), o que apresenta uma grave violação de direitos humanos por si só.

Além disso, o país enfrentou denúncias relacionadas às condições de trabalho exploratórias dos imigrantes que formam a sua base de força de trabalho. Trabalhadores oriundos de países vizinhos e do sul da Ásia, como Paquistão, Sri Lanka, Índia e Nepal, contratados por empreiteiras para realizar construções no país, passaram a representar uma proporção significativa da população, especialmente após o início do projeto de construção das obras para a Copa do Mundo. Em 2012, a *Human Rights Watch* indicava que o país possuía a maior relação entre cidadãos e migrantes do mundo, com 94% da força de trabalho composta por expatriados. Esses trabalhadores passavam por condições abusivas, que incluíam salários não pagos, condições de trabalho perigosas, exposição a um clima escaldante do deserto, retenção de passaportes e falta de proteções legais adequadas.

O sistema de trabalho conhecido como *Kafala*, foi apontado como uma forma de escravidão moderna pelo jornal britânico *The Guardian* (2022), e consiste na contratação de trabalhadores imigrantes por meio de um conjunto de leis e regulamentos que atribuíam ao empregador, o “patrocinador”, um controle significativo sobre a vida e a liberdade dos trabalhadores. Estes tinham os seus pertences, como o passaporte, confiscados e só podiam sair do país, se movimentar livremente ou mudar de emprego sob a permissão do patrocinador. Além disso, operários contratados eram obrigados a pagar altas taxas aos recrutadores apenas para chegar ao Catar. Ao entrar no país, os salários prometidos eram frequentemente inferiores ao esperado, e os trabalhadores já se encontravam endividados, obrigados a viver em condições deploráveis devido ao atraso dos salários e à necessidade de quitar suas dívidas (*Human Rights Watch*, 2012).

De acordo com a ESPN, em 2021, o número de mortes de trabalhadores devido a condições de trabalho extremas, incluindo rotinas exaustivas, desidratação, ataques cardíacos, suicídios, acidentes laborais e ocorrências atípicas em alojamentos precários

que eram fornecidos pelas construtoras, ultrapassava 6,5 mil. Após pressão internacional, em 2017, o governo catari assinou um acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), da ONU, comprometendo-se a reformar e revisar as leis trabalhistas de acordo com os padrões internacionais. No entanto, a Anistia Internacional continuou a denunciar, em 2020, as limitações da reforma que ainda apresentavam riscos aos trabalhadores.

Enquanto isso, o orçamento estimado para realização do evento foi de US\$ 229 bilhões de dólares (Forbes, 2022). Uma parte desse custo se deve ao objetivo de modernizar o país, garantindo atrativos culturais e construções futuristas, que incluíam estádios desmontáveis. Outra parte se deve à necessidade de adaptação ao clima. A Copa do Mundo foi agendada para o final do ano, durante o inverno no país, para evitar temperaturas que chegam a 45°C. Por conta disso, o governo se comprometeu a implementar nos estádios um sistema de refrigeração movido a energia solar, a fim de amenizar o calor durante as partidas (CNN, 2022). Além de ser a edição mais cara da história (Forbes, 2022), a Copa do Catar também se comprometia com a sustentabilidade e a produção de menos lixo, como afirmou Fatma Al Nuaimi em sua entrevista com o UOL.

Apesar das denúncias, graças aos esforços do governo e da FIFA, o evento aconteceu sem maiores problemas e a partida final da edição, entre Argentina e França, teve uma audiência próxima a 1,5 bilhões de telespectadores, de acordo com a própria FIFA (ESPN, 2023). Com a vitória da Argentina, Lionel Messi, considerado por muitos o melhor atleta do século, conquistou a sua primeira e única Copa do Mundo. Para a CNN (2022) e muitos fãs do futebol, foi uma final sensacional.

Apesar desse sucesso comercial, a Copa do Mundo do Catar foi marcada por diversas manifestações durante o evento. A Dinamarca, por exemplo, optou por utilizar uma camisa monocromática como forma de protesto contra o Catar. A camisa, que exibia apenas a numeração destacada, com o brasão da Federação e as marcas patrocinadoras sem contrastes, foi uma maneira de mostrar que o país não desejava estar associado a um torneio que havia custado a vida de milhares de pessoas (Globo Esporte, 2022). Os capitães das seleções da Inglaterra, País de Gales, Holanda, Suíça, Bélgica e Alemanha planejavam utilizar braçadeiras escritas “*OneLove*”, com as cores do arco-íris, em apoio à campanha contra todas as formas de discriminação, especialmente em relação à orientação sexual. No entanto, a FIFA proibiu o seu uso (CNN 2022) alegando que manifestações políticas não eram permitidas no torneio. Em resposta, os jogadores

alemães, ao posarem para a foto oficial da sua estreia, colocaram as mãos sobre a boca, chamando a atenção para a censura realizada pela FIFA no Catar (G1, 2022).

O evento contou com uma cobertura midiática gigante, e o intuito do Catar de consolidar a sua marca no meio internacional foi alcançado, embora não de maneira totalmente positiva (Vela e Portet, 2013). O país, que buscava se mostrar como uma nação aberta à diversidade e à cultura, com uma narrativa de modernidade e progresso, sediou um evento repleto de choques culturais, como o caso da proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios (G1, 2022). Além disso, o governo catari havia afirmado que turistas homossexuais eram bem-vindos no país, desde que não demonstrassem afeto em público (CNN, 2022). Durante o evento, inclusive, as equipes de segurança do Catar apreenderam itens com as cores do arco-íris (CNN, 2022).

Não é à toa que o conceito de *sportswashing* está profundamente associado à Copa do Mundo do Catar, pois o país utilizou este megaevento esportivo para se projetar de forma eficiente no cenário internacional, conforme sua política previa. No entanto, questões internas como violação de direitos humanos e restrição de liberdades civis permanecem problemáticas e frequentemente menos abordadas que o necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É fácil controlar o futebol quando é jogado em campo, porque temos um árbitro, um limite de tempo, e quatro linhas delimitadas. Mas, fora do campo de jogo, não há árbitro, nem limite de tempo, nem limitações.” Essas palavras foram proferidas por Joseph Blatter, ex-presidente da FIFA, no documentário “Esquemas da FIFA”. Blatter mencionou especificamente o futebol, mas tal afirmação pode se aplicar a todos os esportes. Enquanto em uma partida esportiva, existem regras e limites, fora de campo, ou seja “por trás” do esporte, o mesmo não ocorre.

Esse trabalho buscou compreender a utilização de megaeventos esportivos como um instrumento de *soft power* por parte de governos autoritários. Observou-se que, quando a questão é a realização de um evento esportivo dessa magnitude, há um interesse subjacente do Estado em tirar proveito político. Com base no conceito de *soft power*, os países utilizam os megaeventos esportivos para promover sua imagem no cenário internacional, a fim de melhorar sua reputação e a visão da opinião pública sobre os mesmos. No caso de Estados sob regimes autoritários, esse interesse se potencializa a partir do maior controle do governo sobre os eventos e sua cobertura.

No caso da Alemanha, os Jogos Olímpicos de Berlim foram essencialmente uma vitrine para demonstrar a superioridade da sua ideologia nazista a da “raça ariana”. Por meio da propaganda política, Hitler transmitia uma imagem positiva do país, fomentando o orgulho nacional e legitimando seu governo no cenário internacional. Nos bastidores, eram promulgadas políticas opressivas contra grupos minoritários e políticas de rearmamento, intensificando o crescimento do exército alemão. A primeira política culminou no Holocausto e a segunda, na tentativa de expansão territorial por Hitler, que levou à Segunda Guerra Mundial.

Durante a Copa do Mundo de 1978 na Argentina, em plena ditadura militar, os jogos que resultaram no país-sede sagrando-se campeão ocorriam enquanto dissidentes do regime eram torturados e mortos bem próximos dali. O evento foi tão bem organizado que o país conseguiu garantir uma boa imagem no cenário internacional e desviar a atenção dos argentinos sobre as atrocidades que estavam acontecendo no país.

A União Soviética, governada pelo Partido Comunista, enfrentava um descontentamento crescente da população. Simultaneamente, no cenário internacional, competia por influência na Guerra Fria contra os Estados Unidos, seu inimigo capitalista. Os Jogos Olímpicos de Moscou em 1980 foram uma tentativa de promover a propaganda

do ideal comunista para o resto do mundo, ao mesmo tempo em que buscava garantir o orgulho nacional e a manutenção do regime socialista.

O Catar, por sua vez, viu na Copa do Mundo uma oportunidade para legitimar seu regime político e diversificar sua economia. Diante das inúmeras críticas em relação aos direitos humanos, o país procurou utilizar o esporte como sua ferramenta de promoção internacional, disfarçando a realidade. Enquanto enfrentava denúncias sobre as condições de trabalho e outras violações, o Catar investia massivamente em infraestrutura moderna e avançada para sediar uma Copa do Mundo impressionante. Através desses investimentos e modernizações, o país buscava projetar uma imagem de progresso e sustentabilidade, tentando equilibrar as críticas e melhorar sua reputação global.

Nota-se que o uso do *soft power* pode ser empregado de várias maneiras. Os governos autoritários, em uma análise histórica, identificam os megaeventos esportivos como uma plataforma para a manipulação da opinião pública e o desvio de atenção diante dos problemas internos. Apesar da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional demonstrarem esforços de que tentam desvincular o esporte da política, observa-se que tal prática é antiga. Quando isso acontece, essas instituições acabam por oferecer oportunidades para que regimes não democráticos utilizem os megaeventos esportivos como o seu palco para o mundo.

Em conclusão, a persistente tentativa de separar esporte e política é frequentemente frustrada pela realidade de que o esporte, com seu grande apelo global, pode ser uma ferramenta eficaz de propaganda e diplomacia. Assim, é essencial que os organismos internacionais e a comunidade global estejam atentos a essas dinâmicas e busquem maneiras de assegurar que o esporte possa servir ao propósito de união e celebração, em vez de ser um veículo para a opressão e a manipulação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMNESTY INTERNATIONAL UK. UK: *Sportswashing issues unresolved as Newcastle prepare for first game after Saudi takeover*. Disponível em: <https://www.amnesty.org.uk/press-releases/uk-sportswashing-issues-unresolved-newcastle-prepare-first-game-after-saudi-takeover>. Acesso em: 25 jun. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Qatar UN review: Crucial reforms needed to protect women and migrant workers*. May 6, 2014. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2014/05/qatar-un-review-crucial-reforms-needed-protect-women-and-migrant-workers/>. Acesso em: 01 jun, 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Qatar's human rights record marred by discrimination against women, denial of freedom of expression, and exploitation of migrant workers*. 2014. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde22/009/2014/en/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

AGOSTINO, G. *Vencer ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ANGESTAV, Oscar. *Cold War Politics and Sports: Ice Hockey Competitions and the Image of the USSR in Western Mass Media*. Uppsala University, Institute for Russian and Eurasian Studies (IRES), 2022.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Copa no Catar: além de escravidão, relatórios da Anistia apontam agressão física e sexual*. Disponível em: <https://www.anistia.org.br/informe/copa-catar-alem-de-escravidao-relatorios-da-anistia-apontam-agressao-fisica-e-sexual/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Catar: autoridades devem intensificar esforços para honrar promessas de direitos trabalhistas antes da Copa do Mundo de 2022*. Disponível em: <https://www.anistia.org.br/informe/catar-autoridades-devem-intensificar-esforcos-para-honrar-promessas-de-direitos-trabalhistas-antes-da-copa-mundo-de-2022/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

ARENDR, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

BETTINE, M.; OZDEMIR, M. A Copa do Mundo masculina do Catar 2022 pelas lentes da mídia ocidental: *soft power*, diplomacia esportiva e *sportswashing*. *Esporte & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 101-120, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/59731>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BOCQUET, M.; DALAKAS, V. *Nation branding through sports: The impact of Qatar's ownership of Paris Saint-Germain (PSG) on Qatar's image by French soccer fans*. IÉSEG School of Management; California State University. 2023.

BRANNAGAN, Paul Michael; GIULIANOTTI, Richard. *The soft power–soft disempowerment nexus: the case of Qatar*. *International Affairs*, v. 94, n. 5, p. 1139-1157, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/94/5/1139/5092085>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Sheikh Hamad ibn Khalifa Al Thani. *Encyclopedia Britannica*, 12 jul 2023. Disponível em: Acesso em: 30 jun. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política de A a Z*. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política de A a K*. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política de L a Z*. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

CASTRO, Lúcio (jornalista e historiador). *Memórias do Chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor - Argentina*. Documentário. ESPN-BRASIL, 2020. 1 vídeo (60 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cCb_UjiskbA. Acesso em: 22 jun. 2024.

CASTRO, Henrique; MENDONÇA, Carla; GROHMANN, Luis. Megaeventos esportivos no Brasil: entre o soft power e a cultura política. *Revista Relações Internacionais do Mundo Atual Unicuritiba*, Curitiba, v. 4, n. 29, p. 359-386, 2020.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: Um desafio para a história. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Pernambuco, 2006.

CHADWICK, Simon. *From utilitarianism and neoclassical sport management to a new geopolitical economy of sport*. *European Sport Management Quarterly*, v. 22, n. 5, p. 1–20, 2022.

CNN Brasil. Conheça ‘Dr. Cool’: sistema responsável pela refrigeração dos estádios da Copa. 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/conheca-dr-cool-sistema-responsavel-pela-refrigeracao-dos-estadios-da-copa/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CNN Brasil. *Human Rights Watch* acusa Catar de deter e maltratar pessoas LGBT antes da Copa. 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/human-rights-watch-acusa-catar-de-deter-e-maltratar-pessoas-lgbt-antes-da-copa/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CNN Brasil. Sete capitães de seleções da Copa do Mundo não vão usar braçadeiras “OneLove”. 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/sete-capitães-de-selecoes-da-copa-do-mundo-nao-va-ousar-bracadeiras-onelove/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CNN Sports. *Lionel Messi-inspired Argentina wins World Cup after beating France in sensational final*. 18 dez. 2022. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2022/12/18/football/argentina-france-world-cup-final-qatar-2022-spt-intl/index.html>.

DIAS, Gustavo Monteiro. Política e Futebol: A Copa do Mundo de 1978 na Argentina. Brasília, 2015.

DORSEY, James M. *How Qatar is Its Own Worst Enemy*. *The International Journal of the History of Sport*, v. 32, n. 3, p. 422-439, 2015.

ELLIS, James. *Sportswashing and Atrocity: The 1978 FIFA World Cup*. [S. l.], 16 out. 2020. Disponível em:

<https://yetagainuk.com/sportswashing-and-atrocity-the-1978-fifa-world-cup/>.

ESPN. Fifa divulga que 1,5 bilhão de pessoas ao redor do mundo assistiram a final da Copa do Mundo; veja dados. 2023. Disponível em:

https://www.espn.com.br/futebol/copa-do-mundo/artigo/_/id/11497424/fifa-divulga-1-5-bilhao-pessoas-redor-do-mundo-assistiram-final-copa-do-mundo. Acesso em: 1 jul. 2024.

ESQUEMAS da FIFA. Direção de Daniel Gordon. Estados Unidos: Netflix, 2002. Netflix.

FINCHELSTEIN, Federico. *The Ideological Origins of the Dirty War: Fascism, Populism and Dictatorship in Twentieth Century Argentina*. Oxford: Oxford University Press, 2014. 214 p.

FORBES. Copa do Mundo: Catar gastou R\$ 1 trilhão, 20 vezes mais que Rússia. Disponível em:

<https://forbes.com.br/forbes-money/2022/11/copa-do-mundo-fifa-2022-em-numeros/>.

Acesso em: 1 jul. 2024.

FRANCO, Marina. *Derechos humanos, política y fútbol*. Entrepasados (Buenos Aires), v. XIV, n. 28, 2005, p. 27-45.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao Sol e à Sombra*. Tradução: NEPOMUCENO, Eric; BRITO, Maria do Carmo; FARACO, Sérgio; SSÓ, Ernani. Porto Alegre, L&PM, 2004

GOLDBERG, Jeremy. *Sporting Diplomacy: Boosting the Size of the Diplomatic Corps*. *The Washington Quarterly*, v. 23, n. 4, p. 63–70, 2000

G1 Globo News. Argentinos comemoram os 30 anos do fim da ditadura militar no país. Disponível em:

<https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/12/argentinos-comemoram-os-30-anos-do-fim-da-ditadura-militar-no-pais.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

G1. *Catar bane venda de álcool nos estádios na Copa do Mundo; saiba onde torcedores podem beber*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/copa-do-catar/noticia/2022/11/18/catar-bane-venda-de-alcool-nos-estadios-na-copa-do-mundo-do-catar.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2024.

GLOBO ESPORTE. Jogadores alemães protestam durante foto oficial em sua estreia na Copa do Mundo 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/copa-do-catar/noticia/2022/11/23/jogadores-alemaes-protesta-m-durante-foto-oficial-em-sua-estrelia-na-copa-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2024.

GE, GLOBO. Camisa monocromática da Dinamarca carrega protesto contra Catar, revela patrocinadora. 2022. Disponível em:

<https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2022/09/28/camisa-monocromatica-da-dinamarca-e-protesto-contra-catar-revela-patrocinadora.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2024.

HANG, Julia; ALONSO, Jimena; SAPOROSI, Lucas. *Deporte y represión: una invitación a 40 años del Mundial 78*. Cuadernos de Aletheia, n. 3, 2019.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Tradução de Klaus von Pahlen. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFMAN, G. (2021). Como PSG e Manchester City se tornaram peças no tabuleiro da geopolítica do Oriente Médio. ESPN Brasil. Disponível em:

https://www.espn.com.br/blogs/gustavohofman/786714_como-psg-e-manchester-city-se-tornaram-pecas-no-tabuleiro-da-geopolitica-do-oriente-medio. Acesso em: 1 jul. 2024.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Qatar: Migrant Construction Workers Face Abuse*. June 12, 2012. Disponível em:

<https://www.hrw.org/news/2012/06/12/qatar-migrant-construction-workers-face-abuse>. Acesso em: 01 jun, 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. “*Qatar: Wage Abuses by Firm in World Cup Leadup*,” Human Rights Watch. 2022. Disponível em:

<https://www.hrw.org/news/2022/03/03/qatar-wage-abuses-firm-world-cup-leadup>.

Acesso em: 01 jun, 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. *“How Can We Work Without Wages? Salary Abuses Facing Migrant Workers Ahead of Qatar’s FIFA World Cup 2022.* Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2020/08/24/how-can-we-work-without-wages/salary-abuses-facing-migrant-workers-ahead-qatars>. Acesso em: 01 jun, 2024.

KENNETH N. *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

KERSHAW, Ian. *Hitler – Um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KISSINGER, HENRY. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Francisco Alves 1994.

KOBIERECKI, Michał Marcin. *Sport in International Relations: Expectations, Possibilities and Effects*. *International Studies: Interdisciplinary Political and Cultural Journal*, v. 15, n. 1, p. 49-74, 2013.

KOZLOV, Vladimir. A.; McCLARNAND, Elaine. *Mass Uprisings in the USSR: Protest and Rebellion in the Post-Stalin Years (The New Russian History)*. Routledge, 2002.

KUZNETSOV, I. S.; KATYSHEVTSEVA, E. V.; STUBER, J. D. *Modern Russian History: A Textbook*. Gwangju: Chonnam National University Press, 2012.

KRÜGER, Arnd; MURRAY, William (Eds.). *The Nazi Olympics: Sport, Politics, and Appeasement in the 1930s*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.

LARGE, David Clay. *Nazi Games – The Olympics of 1936*. 2007

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maria Lúcia Cumo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *A memória da ditadura através do futebol: Brasil, Argentina e as Copas do Mundo*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIA, TRAUMA E REPARAÇÃO, 1, 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2012.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, p. 675-694, Dez. 2019.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000300675&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2024

MAHMOOD, Saba. 2005. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton: Princeton University Press.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MELISSEN, Jan. 'Wielding Soft Power: The New Public Diplomacy.' *Clingendael Diplomacy Papers n. 2, Haia. Netherlands Institute of International Relations, 2005*

MOSTARO, Felipe F. R. Jogos Olímpicos de Berlim 1936: o uso do esporte para fins nada esportivos. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95–108, 2012

MURRAY, Stuart. *Sports Diplomacy: Origins, Theory and Practice*. New York: Routledge. New Diplomacy Studies, 2018.

MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. *Informe sobre los vuelos de la muerte*. Disponível em:

<https://www.museodelamemoria.gob.ar/page/noticias/id/419/title/informe.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

NADRA, Fernando. O novo homem soviético. Moscou: Edições Progresso, 1983.

NEPOMUCENO, Eric; COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Sonho e Conquista: O Brasil nos Jogos Olímpicos do Século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

NGUYEN, N. *Kafala Labor System Reform and the 2022 World Cup*. Center for International and Regional Studies, 20 dez. 2021.

NYE, Joseph S. *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

O'KELLY, M. (2022), *Newcastle, Saudi Arabia and the Shifting of the Goalposts in English Football: A Triangulated Case Study Analysis of Sportswashing in the "Beautiful" Game*, unpublished Master thesis, Radboud Universiteit, Nijmegen.

Plokhly, S. (2015). *O último império: Os últimos dias da União Soviética*. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

PARKS, Jenifer. *Red Sport, Red Tape: The Olympic Games, the Soviet Sports Bureaucracy, and the Cold War, 1952-1980*. Chapel Hill, 2009.

RATHMELL, A; SCHULZE, K. *Political Reform in the Gulf: The Case of Qatar*. Middle Eastern Studies, v. 36, n. 4, p. 47–62, out. 2000.

ROLDÁN, Diego. *La espontaneidad regulada. Fútbol, autoritarismo y nación en Argentina 78: una mirada desde los márgenes*. Prohistoria (Rosario), ano XI, n. 11, 2007, p. 125-147.

ROLDÁN, Diego. *Paradojas del Mundial Argentina '78: estilos, inversiones y rituales*. In: HANG, Julia; ALONSO, Jimena; SAPOROSI, Lucas. *Deporte y represión: una invitación a 40 años del Mundial 78'*. Cuadernos de Aletheia, n. 3, 2019.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (ed.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANROMÀ, M. Qatar during the reign of Hamad Al Thani (1995-2013): from soft power to hard power. ICIP Working Papers, v. 1, mar. 2015.

SANTOS FUTEBOL CLUBE. O Santos FC de Pelé parou a guerra. 2023. Disponível em: <https://www.santosfc.com.br/o-santos-fc-de-pele-parou-a-guerra/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SALUN, Alfredo Oscar. Esportes e propaganda política na década de 1930. Contemporâneos Revista de Artes e Humanidades. Santo André, n.10 mai-out, 2012.

SENN, Alfred Erich. *Power, politics and the Olympic Games*. Champaign: Human

Kinetics, 1999

SHIRER, W. L., (1960) *The Rise and Fall of the Third Reich*, Vol. 1.

SIGOLI, Mário. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. R. bras. Ci e Mov. 2004; 12(2): 111-119.

SKEY, Michael. Sportswashing: understanding sport, politics and global media in the twenty-first century. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 46, n. 3, p. 215-234, set. 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10126902221136086>. Acesso em: 25 jun. 2024.

STATE OF QATAR. *Qatar National Vision 2030*. Disponível em: <<https://imo.gov.qa/state-of-qatar/qatar-national-vision-2030/>>. Acesso em: 1º jul. 2024.

TALAVERA, Abel Meza; AL-GHAMDI, Sami G.; KOÇ, Muammer. *Sustainability in Mega-Events: Beyond Qatar 2022*. Division of Sustainable Development (DSD), College of Science and Engineering (CSE), Hamad Bin Khalifa University (HBKU), Qatar Foundation, Education City, Doha 34110, Qatar. 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/22/6407>. Acesso em: 1º jul. 2024.

THE GUARDIAN. *New labour law ends Qatar's exploitative kafala system*. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2020/sep/01/new-employment-law-effectively-ends-qatars-exploitative-kafala-system>. Acesso em: 01 jul. 2024.

USHMM. *The movement to boycott the Berlin Olympics of 1936*. Encyclopaedia. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-movement-to-boycott-the-berlin-olympics-of-1936>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VALCKE, Jerome. "Menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa". Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/valcke-menos-democracia-vezes-e-melhor-para-organizar-uma-copa.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley. *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VELA, J. S. E.; PORTET, X. V. A construção da marca 'Qatar' com base no esporte: 'sport place branding' e a imprensa esportiva catalã. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, v. 19, n. 1, p. 533- 550, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O mundo pós-guerra fria: globalização, guerra ao terror e multipolarização*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

VIANA, Eduardo. *O poder no esporte*. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1994.

VOINOVICH, Vladimir. (1985). *Os Anti-soviéticos da União Soviética*. Record.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

YOUNG, Simon Patrick. *Playing to Win: A Political History of the Moscow Olympic Games, 1975-1980*. The University of Winchester, Faculty of Humanities and Social Sciences, Winchester, 2015.